

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FACULDADE DE DIREITO

TARSILA RUIZ DE NEGREIROS GUIMARÃES

**MIGRAÇÃO E CIDADANIA: O PAPEL DO BRASIL NA PROMOÇÃO DE
SOLUÇÕES PARA A APATRIDIA E PROTEÇÃO AOS APÁTRIDAS**

CURITIBA

2016

TARSILA RUIZ DE NEGREIROS GUIMARÃES

**MIGRAÇÃO E CIDADANIA: O PAPEL DO BRASIL NA PROMOÇÃO DE
SOLUÇÕES PARA A APATRIDIA E PROTEÇÃO AOS APÁTRIDAS**

**Monografia de conclusão de curso apresentada
ao Curso de Direito da Faculdade de Ciências
Jurídicas da Universidade Federal do Paraná
como requisito à obtenção do grau de Bacharel
em Direito.**

**Professora Orientadora: LARISSA LIZ
ODRESKI RAMINA**

**Professora Coorientadora: DANIELLE
ANNONI**

CURITIBA

2016

“Imagine being born invisible. You are alive, but can’t prove you exist. You want to learn, but no school will take you. You want to be useful, but aren’t allowed to work. When you are sick, the doctors ignore you. When you fall in love, they won’t marry you. You don’t have children for fear they will be invisible too. You are sure you are human, but have no human rights. And when you die, there is no proof you ever existed. Every ten minutes a person like this is born. Ten million people in the world are stateless. They have no nationality and are told they don’t belong anywhere, but everyone has the right to nationality, everyone has the right to say: I belong.” (Australia for UNHCR - I Belong: The Plight of Stateless People)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo suporte, paciência e amor nesses anos de faculdade. Aos meus pais, Rômulo e Leslie que tantas vezes me viram reclamar e desanimar, mas em amor encontraram maneiras de me manter prosseguindo. À minha irmã, Marcela, pelos quatro anos de faculdade juntas, por dividir as mesmas angústias e alegrias e, especialmente, pela parceria e amizade que, mesmo com alguns desentendimentos, se intensificou nesses anos e nos presenteou com um amor que jamais poderá ser quebrado. À minha irmã, Bárbara, que não se cansa de me seguir pela casa para ouvir minhas loucuras, que antecipa meus pensamentos e sabe lidar comigo, agradeço pela amizade e pelo amor.

Agradeço, também, aos meus amigos e colegas. Aos amigos que a Universidade Federal do Paraná me deu e espero levar para a vida, obrigada por fazer a jornada mais leve e alegre, por todas as risadas em meio ao desespero, por toda solidariedade e parceria nos momentos de diferença. Aos amigos que a vida trouxe, que mesmo sem muito interesse pelo direito me ouviram com atenção, paciência e amor tagarelar sobre a faculdade, os apátridas e as dificuldades da pesquisa.

Agradeço aos professores e alunos envolvidos no Projeto de Pesquisa e Extensão Migrações, Refúgio e Hospitalidade, pela influência que tiveram sobre mim quanto à escolha do tema deste trabalho e pela inspiração para seguir nesta linha de pesquisa. Agradeço especialmente à minha orientadora Prof. Larissa Liz Odreski Ramina, pela dedicação despendida a esta orientação, mesmo enquanto em outro continente, pelas correções e incentivos e, sobretudo pelo exemplo de professora, pesquisadora e mulher. Ao Prof. José Antonio Peres Gediel e à Prof. Tatyana Scheila Friedrich, pela honra de tê-los em minha banca e pelo exemplo de comprometimento e profissionalismo.

Agradeço, derradeiramente, à Deus, pela força e amor concedidos a mim nesta jornada.

RESUMO

O presente trabalho busca conceituar a apatridia, apresentando um resumo histórico do surgimento deste conceito, citando e explicitando as maneiras de ocorrência deste fenômeno nos dias atuais, além de elencar medidas e esforços tomados pela Organização das Nações Unidas (ONU), pelo Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e pelos Estados, especialmente o Brasil ao longo dos anos para sua prevenção e solução, bem como para a proteção dos indivíduos que se encontram nessa situação de vulnerabilidade. Devido ao difícil e delicado quadro em que se encontram os apátridas, conclui-se que a atribuição de direitos básicos àqueles que sempre os tiveram negados é urgente. É imprescindível a interrupção do desrespeito aos direitos humanos e é neste sentido que os esforços internacionais e nacionais vêm ocorrendo, de forma a conceder direitos básicos aos apátridas, independentemente da sua falta de nacionalidade, ainda que visando à naturalização, quando possível. Este trabalho se dedica, ainda, a discorrer acerca da internalização das normas internacionais concernentes à apatridia pelo Brasil, assim como dos mecanismos já implementados pelo país e algumas iniciativas de sucesso praticadas por outros Estados e que devem servir de exemplo para o Brasil no avanço rumo à erradicação deste fenômeno.

PALAVRAS-CHAVES: Apatridia; Direitos Humanos; Direito Internacional; Nacionalidade.

“A expressão ‘displaced persons’ [pessoas deslocadas] foi inventada durante a guerra com a finalidade única de liquidar o problema dos apátridas de uma vez por todas, por meio do simplório expediente de ignorar a sua existência”. (Hannah Arendt – As Origens do Totalitarismo)

ABSTRACT

This study aims to determine the concept of statelessness through a historical overview of the emergence of such concept, describing and explaining the many ways of occurrence of this phenomenon in the present days, and also to list the measures and efforts taken over the years by the United Nations (UN), by the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) and by the States, especially Brazil, for the prevention and solution of statelessness, as well as for the protection of the individuals who are in this vulnerable situation. Due to the difficult and delicate situation in which stateless people find themselves, it was implied that the placement of basic rights to those who had always been denied is urgent. It is essential that the human rights abuses are stopped and it is in this direction that the international and the national efforts are being taken, in order to grant basic rights to stateless persons, regardless of their lack of nationality, although we aim to naturalization when possible. This study is also dedicated to discuss about the internalization of international standards on statelessness by the Brazilian government, as well as about the mechanisms already in place in Brazil and about some successful initiatives carried out by other States and that should serve as examples for Brazil to advance towards the eradication of statelessness.

KEY WORDS: Statelessness; Human Rights; International Law; Nationality.

“The postwar term ‘displaced persons’ was invented during the war for the express purpose of liquidating statelessness once and for all by ignoring its existence”. (Hannah Arendt – The Origins of Totalitarianism)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. APATRIDIA	9
2.1. CONCEITUAÇÃO E PANORAMA GERAL.....	9
2.2. CAUSAS DA APATRIDIA	14
2.3. CONSEQUÊNCIAS DA APATRIDIA	20
2.4. NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AOS APÁTRIDAS	21
3. O BRASIL E A INTERNALIZAÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE APATRIDIA 25	
3.1. INTERNALIZAÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE APATRIDIA PELO BRASIL	25
3.1.1. MECANISMOS DE PREVENÇÃO DA APATRIDIA	25
3.1.2. MECANISMOS DE SOLUÇÃO PARA A APATRIDIA	29
3.1.3. MECANISMOS DE PROTEÇÃO AOS APÁTRIDAS.....	33
4. O BRASIL E A IMPLEMENTAÇÃO DE INICIATIVAS INTERNACIONAIS DE SUCESSO CONTRA A APATRIDIA	38
4.1. INICIATIVAS DE SUCESSO IMPLEMENTADAS PELA COMUNIDADE INTERNACIONAL	38
4.2. COMO O BRASIL PODE INCORPORAR ESSAS INICIATIVAS	44
5. CONCLUSÃO	48

1. INTRODUÇÃO

O problema dos apátridas, termo definido pelo Estatuto dos Apátridas de 1954 como “toda pessoa que não seja considerada por qualquer Estado, segundo a sua legislação, como seu nacional”¹, assola milhões de pessoas ao redor de todo o mundo. Apesar do longo período de sua existência, a atenção dos países, que ganhou maior importância somente após a Segunda Guerra Mundial, é recente e não unânime. Desse modo, o fenômeno da apatridia, que coloca em xeque os direitos humanos intrínsecos do ser humano, escancara a capacidade do sistema de excluir indivíduos, situação especialmente agravada quando se trata dos apátridas, pessoas inevitavelmente em extrema vulnerabilidade.

Na busca de explorar um pouco esse problema, o presente trabalho versa sobre a condição de vida da pessoa apátrida, explicitando os motivos da existência do fenômeno, as consequências por ele geradas, algumas medidas de prevenção e solução da apatridia e, ainda, medidas de proteção aos apátridas na busca de solucionar o problema. O trabalho conjuga questões históricas, filosóficas, políticas e jurídicas da apatridia, mas, sobretudo, aborda a importância do avanço jurídico na promoção de medidas para a solução do fenômeno e a inclusão social dos apátridas, independente da sua condição, tendo em vista os direitos intrínsecos do ser humano.

A primeira parte do trabalho visa introduzir o leitor ao conceito de apatridia e traçar um panorama histórico e jurídico geral do surgimento deste fenômeno, passando pela explanação de diversos fatos geradores e suas inevitáveis consequências na vida daqueles que se tornam apátridas. Em sequência, faz-se um retrospecto acerca da legislação internacional existente sobre o tema, bem como a importância da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no trato da apatridia.

Posteriormente, na segunda parte do trabalho, o foco volta-se para o fenômeno da apatridia em território nacional, destacando a relação jurídica brasileira com este problema. Serão apresentadas as formas de internalização dos instrumentos internacionais de apatridia pelo Brasil, bem como sua participação neste contexto, notadamente quanto às medidas de prevenção e solução tomadas por comissões internacionais para evitar este fenômeno e quanto às medidas de proteção aplicadas para minimizar seus efeitos nas vidas atingidas por ele.

¹ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas**. Nova Iorque, 1954.

Por derradeiro, na terceira parte do trabalho, analisam-se as iniciativas já aplicadas pela comunidade internacional na busca de soluções para a apatridia, com o intuito de refletir de que forma o Brasil pode se espelhar e utilizar esses exemplos de sucesso para tratar da apatridia de forma mais efetiva dentro de seu território e, assim, influenciar o avanço da luta contra este fenômeno em âmbito internacional.

2. APATRIDIA

A apatridia assola cerca de 10 milhões de pessoas atualmente no mundo, segundo informações do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)² e gera consequências nefastas naqueles atingidos por ela, tornando-se um problema que exige urgente atenção da comunidade internacional e dos Estados.

Desta forma, o presente trabalho fará uma breve delimitação conceitual da apatridia e traçará um panorama histórico e jurídico geral acerca do surgimento deste fenômeno, seguindo para a exposição de diferentes fatores geradores da apatridia e as graves consequências que impõe sobre a vida daqueles atingidos por ela, bem como, em seguida, delineará o importante papel da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no trato do assunto e na formulação da legislação internacional sobre a apatridia.

2.1. CONCEITUAÇÃO E PANORAMA GERAL

A apatridia é a ausência de nacionalidade e aqueles que são afetados por este fenômeno são chamados apátridas, os quais, segundo o Estatuto dos Apátridas de 1954 são definidos como “toda pessoa que não seja considerada por qualquer Estado, segundo a sua legislação, como seu nacional”³.

A problemática da apatridia difundiu-se e ganhou ampla ênfase com o advento do Estado-Nação, a partir do século XX com as duas Grandes Guerras e com o crescimento do número de refugiados, que, apesar de serem fenômenos jurídicos distintos surgiram de forma similar. A Primeira e a Segunda Guerras Mundiais culminaram na modificação e extinção de Estados, principalmente no âmbito europeu, modificando ou extinguindo nacionalidades, bem como em grandes contingentes populacionais fugindo da revolução comunista na URSS, do nazismo na Alemanha e do fascismo na Itália, gerando milhões de apátridas.

Ainda hoje, a apatridia continua suscitando discussões devido a sua difícil solução e ao imenso número de pessoas que atinge. Conforme informação publicada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) existem, aproximadamente, 10

² Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Quem são e onde estão os apátridas.** Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/apatridas/quem-sao-e-onde-estao-os-apatridas/>>. Acesso em: 30 de out. de 2016.

³ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas.** Nova Iorque, 1954.

milhões de apátridas no mundo⁴, havendo dentro deste grupo pessoas particularmente vulneráveis à violação de direitos humanos, como mulheres, crianças e adolescentes, tendo em vista estarem perpassados por outros preconceitos.

Considerando que estas pessoas eram privadas de qualquer direito ou proteção em âmbito nacional ou internacional, surgiu a necessidade de os Estados regulamentarem a proteção desses indivíduos. Neste contexto a Organização das Nações Unidas (ONU) editou a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954 e a Convenção para Redução dos Casos de Apatridia de 1961, as quais serão abordadas de forma mais detalhada no decorrer do trabalho, e, a partir disso surgiram dois tipos de proteção internacional aos indivíduos, os nacionais de algum Estado, que recebem proteção internacional de seus Estados, e os apátridas, que recebem proteção internacional da comunidade internacional através das diretrizes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)⁵, porém o engajamento dos Estados nesta causa ainda é insatisfatório, considerando a gravidade de suas consequências os indivíduos atingidos.

O número de adesões às convenções promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em combate à apatridia reflete a falta de comprometimento de muitos países frente à questão. O Estatuto dos Apátridas, criado em 1954, acabou por receber menor adesões do que o Estatuto dos Refugiados devido à relutância frente à concessão de direitos aos apátridas, como por exemplo, o de exercer uma profissão e o de associar-se. A Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954, que buscou a definição da apatridia e a delimitação de algumas diretrizes de conhecimento do tema, contou com 66 países signatários. Hoje ela possui 89 adesões⁶, tendo sido promulgada pelo Brasil em 2002 através do Decreto nº 4246, de 22 de maio de 2002⁷. Entretanto, o país somente incluiu a Convenção à sua legislação em 2014. André Ramirez, último representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Brasil afirmou: “Podemos considerar que o Brasil está avançando.

⁴ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Quem são e onde estão os apátridas**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/apatridas/quem-sao-e-onde-estao-os-apatridas/>>. Acesso em: 30 de out. de 2016.

⁵ RODRIGUES, Gilberto M. A.; FERNANDES, Mariana. **O regime jurídico internacional da apatridia: a América do Sul e o Caribe**. Curso de Relações Internacionais da Faculdade Santa Marcelina. Ano 12, n. 36. 2012. São Paulo.

⁶ United Nations Treaty Collection. **Status of Treaties: Convention Relating to the Status of Stateless Persons**. Disponível em: <https://treaties.un.org/Pages/ViewDetailsII.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=V-3&chapter=5&Temp=mtdsg2&clang=en>. Acesso em: 07 de nov. de 2016.

⁷ BRASIL. Decreto n. 4.246, de 22 de maio de 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4246.htm>. Acesso em: 30 de out. de 2016.

É um dos poucos que assinou as convenções. O fato do governo brasileiro ter decidido incorporar à sua legislação é um passo muito significativo”.⁸

A Convenção de 1961, que lançou medidas legais para prevenir a apatridia, obteve a assinatura de apenas 38 países à época, contabilizando 68 atualmente⁹. Esse quadro perpetua o principal problema repercutido pela apatridia: a negação de direitos vitais a indivíduos, como o direito à saúde, educação, ir e vir e acesso ao mercado de trabalho. Também há empecilhos no acesso à vida civil, como no caso de certidões e contratos, afinal, os apátridas não são sequer englobados pelos códigos civis. Além disso, se não houver preocupação suficiente dos países em tentar interromper e prevenir a apatridia, bem como em proteger os apátridas, os não-direitos continuarão sendo transmitidos por gerações, tendo em vista que, na maioria dos casos, não há o registro dos novos nascidos. O último Alto Comissário do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), António Guterres afirmou:

Isto faz [dos apátridas] um dos grupos populacionais mais marginalizados do mundo. Sem tratar a apatridia e fazer esforços para preveni-la, teremos um problema que se perpetua, pois os pais não podem passar uma nacionalidade para seus filhos. Além da situação de miséria causada às pessoas apátridas, o fato de marginalizar grupos inteiros por gerações causa grande stress nas sociedades em que vivem e, por vezes, conflitos¹⁰

Os apátridas dividem-se em *de jure*, definidos pelo Estatuto dos Apátridas de 1954¹¹ e *de facto*, com posterior definição expedida pela Reunião de especialistas organizada pelo escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) realizada em Prato, Itália, em 2010, tendo sido a primeira de uma série de reuniões realizadas no contexto do 50º Aniversário da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia de 1961 e que visou elaborar diretrizes sobre a definição, o conceito e a identificação da apatridia, bem como acerca do estatuto na legislação nacional que é concedido à pessoa apátrida e acerca da prevenção da apatridia entre pessoas nascidas no território nacional ou nacionais no exterior¹².

⁸ PARAGUASSU, Lisandra. **Brasil vai oferecer cidadania a apátridas**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-vai-oferecer-cidadania-a-apatridas,1544049>>. Acesso em: 24 de set. de 2016.

⁹ United Nations Treaty Collection. **Status of Treaties: Convention on the Reduction of Statelessness**. Disponível em: <https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=V-4&chapter=5&clang=_en>. Acesso em: 07 de nov. de 2016.

¹⁰ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Brasil é destaque em campanha global contra apatridia**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/brasil-e-destaque-em-campanha-global-contra-apatridia/?L>>. Acesso em: 27 de jul. de 2016.

¹¹ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas**. Nova Iorque, 1954.

¹² Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Reunião de Especialistas: O Conceito da Pessoa Apátrida segundo o Direito Internacional – Resumo das Conclusões**. Prato, Itália, 2010. Disponível

Os apátridas *de facto* possuem nacionalidade, porém, na prática, lhes são negados direitos. Dentre os motivos desta vertente da apatridia, cita-se a residência habitual em um país enquanto o país de sua nacionalidade encontra-se em estado de guerra e a residência habitual em um país que não possui relações diplomáticas com o de sua nacionalidade. Desta forma, são indivíduos que não estão no país de sua nacionalidade e não são protegidos e regidos por ele. A reunião de especialistas definiu a apatridia *de facto* como:

Os apátridas *de facto* são pessoas fora de seu país de nacionalidade que devido a motivos válidos não podem ou não estão dispostas a pedir proteção a este país. A proteção, neste sentido, se refere ao direito de proteção diplomática exercida pelo Estado de nacionalidade a fim de corrigir um ato internacionalmente ilícito contra um dos seus nacionais, bem como a proteção diplomática e consular e assistência geral, inclusive com relação ao retorno para o Estado de nacionalidade.¹³

Todos os apátridas encontram-se fora do âmbito do elemento constitutivo “povo”, que acompanha os elementos “território” e “poder político” na definição de Estado tradicionalmente espedida pela doutrina, a exemplo de José Joaquim Gomes Canotilho¹⁴. Nesse contexto, os indivíduos só são considerados participantes de uma população quando apresentam um vínculo jurídico permanente com algum Estado, a nacionalidade, não precisando, portanto, de vínculo afetivo ou de moradia.

A nacionalidade cria uma fidelidade pessoal do indivíduo para com o seu Estado nacional; ela fundamenta a competência pessoal do Estado, competência que o autoriza a exercer certos poderes sobre os seus nacionais onde quer que se encontrem.¹⁵

A concessão de nacionalidade se dá, principalmente, baseada em dois critérios, o *ius sanguinis* e o *ius soli*.¹⁶ A modalidade *ius sanguinis* consiste na transmissão da nacionalidade de ascendente para descendente, sendo permanente e adotada principalmente por países que

em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/O_Conceito_de_Pessoa_Apatrida_segundo_o_Direito_Internacional.pdf>. Acesso em: 26 de out. de 2016.

¹³ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **O Conceito da Pessoa Apátrida segundo o Direito Internacional**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/O_Conceito_de_Pessoa_Apatrida_segundo_o_Direito_Internacional>. Acesso em: 01 de set. de 2016.

¹⁴ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. 6 ed. rev. Coimbra: Livraria Almedina, 1993, p. 14.

¹⁵ DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. **Direito Internacional Público**. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, p. 375.

¹⁶ MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 13 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003, p. 218. Disponível em: <https://www.academia.edu/9607078/ALEXANDRE_MORAES_-_Direito_Constitucional_2014_>. Acesso em: 02 de out. de 2016.

possuem alto contingente emigratório e conseqüentemente pretendem manter uma grande população, apesar de seus nacionais não necessariamente serem residentes habituais do Estado em questão.

A modalidade *ius soli* considera a nacionalidade aquela do lugar onde o indivíduo nasceu. Este critério é mais utilizado por países que recebem altos contingentes de migrantes, pois assim seus novos moradores podem participar da contagem populacional. O Brasil emprega principalmente este critério, apesar de também adotar a modalidade *jus sanguinis* em alguns casos, constituindo, portanto, um sistema misto. A Constituição Federal brasileira de 1988 estabelece:

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

II - naturalizados:

- a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.¹⁷

Apesar de a Constituição atribuir os direitos fundamentais previstos em seu art.5º apenas aos brasileiros e estrangeiros residentes no país, o Supremo Tribunal Federal já concedeu esses direitos também aos estrangeiros de passagem, porém sem mencionar especificamente os apátridas.¹⁸ Entretanto, é substancial lembrar que os apátridas também são estrangeiros, ainda que estrangeiros sem nacionalidade.

Existem também, embora menos comuns contemporaneamente, as modalidades do *ius domicilli*, a qual busca a nacionalidade do domicílio da pessoa, e do *ius laboris*, que

¹⁷ BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

¹⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 94016/SP**. Relator: Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 16/09/2008, DJe-038 DIVULG 26-02-2009 PUBLIC 27-02-2009 EMENT VOL-02350-02 PP-00266 RTJ VOL-00209-02 PP-00702. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000001039&base=baseAcordaos>>. Acesso em: 02 de out. de 2016.

conceitua também como nacional aquele que presta trabalho a um Estado, na busca de retribuir o ato feito.

Esses critérios de concessão de nacionalidade, quando em conflito, podem ser geradores de apatridia, bem como vários outros fatores, os quais serão explicitados no tópico a seguir, tendo em vista que é a partir da identificação do problema que se possibilita o pensamento e a construção de mecanismos para prevenção e solução da apatridia, questão que atualmente assola milhões de pessoas no mundo.

2.2. CAUSAS DA APATRIDIA

A identificação das causas da apatridia é de suma importância para o desenvolvimento de mecanismos que visem a prevenir a perpetuação deste problema, bem como é igualmente importante o entendimento das consequências da apatridia, pois incentivam a criação de ferramentas para mitigar o impacto negativo que ela tem, até que uma solução permanente seja finalmente encontrada.

Existem muitas circunstâncias que dão origem à apatridia, como (i) discriminação, (ii) concessão de nacionalidade, (iii) nascimento, (iv) mudança no *status* civil (v) mudança de nacionalidade, (vi) migração internacional ou deslocamento forçado e (vii) sucessão de Estados.¹⁹

Quanto à (i) discriminação, percebe-se que, na maioria das vezes, quando uma pessoa ou um grupo de pessoas se torna apátrida, há algum elemento de discriminação ou arbitrariedade envolvido. Tais fatores podem se manifestar de forma clara e agressiva, como nos casos em que grupos inteiros de pessoas são privados de sua nacionalidade em razão de religião ou etnia, ou de forma sutil, como nos casos em que os Estados deixam de priorizar reformas legais para fechar lacunas na lei que possam gerar apatridia.

Dentro dos limites determinados pelas normas internacionais, os Estados têm discricionariedade para elaborar leis sobre a concessão e retirada de nacionalidade. As leis de nacionalidade, a fim de decidir quem pertence ao Estado, em sua essência, fazem distinção entre pessoas, por exemplo, ao exigir o conhecimento de determinada língua, ao facilitar a naturalização de certos grupos de imigrantes, ao haver distinção entre homens e mulheres

¹⁹ United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). **Self-Study Module on Statelessness**, 1 October 2012, p. 18-29. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/50b899602.html>>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

feita por grupos religiosos ou determinadas etnias, sendo essas distinções consequência de discriminação direta ou indireta.

A forma mais direta de discriminação que gera apatridia é a instituição de decretos que visam privar grupos de pessoas de sua nacionalidade, como foi o caso dos judeus no nazismo, porém ela pode se manifestar, também, de outras formas, como com mudanças na legislação interna, passando a excluir certas pessoas ou grupos, ou com a edição de leis nacionais baseadas na discriminação de gênero.

Com relação à (ii) concessão de nacionalidade tem-se que, em razão da soberania, a nacionalidade é conferida e retirada pelos Estados com base em sua legislação interna, porém os avanços nas normas internacionais no último século, principalmente referente aos direitos humanos, fizeram surgir limites importantes quanto à discricionariedade nesta questão.

A maioria dos Estados adota critérios similares quanto à concessão de nacionalidade, eles buscam evidências que provem uma conexão apropriada entre o indivíduo e o Estado. Existem duas formas básicas de conexão, o critério do *jus soli* e do *jus sanguinis*, os quais já foram explanadas no tópico anterior, a primeira é a conexão com o território do Estado, que pode ser provada através do nascimento ou residência por determinado período naquele território, e a segunda é a conexão com os nacionais de tal Estado, geralmente provada através de vínculos familiares com um nacional, como descendência ou casamento. Se estes dois critérios forem válidos de forma independente e não harmoniosa, eles podem entrar em conflito e, consequentemente, gerar apatridia.

Vale ressaltar, ainda, que os Estados também avaliam diversamente as razões para a retirada de nacionalidade, seja de forma automática, por iniciativa do Estado ou do próprio indivíduo, por exemplo, um Estado pode determinar que se um nacional servir num exército estrangeiro, cometer traição ou espionagem, ele terá sua nacionalidade retirada, gerando risco de apatridia.

Ao considerar o (iii) nascimento como causa da apatridia é necessário, novamente, considerar os critérios do *jus soli* e *jus sanguinis*, vez que os Estados, de maneira geral conferem nacionalidade baseando-se em um desses critérios ou, ainda, na combinação de ambos. Diante destes critérios, é possível que um conflito de leis gere apatridia, mesmo que não haja nada de errado com a aplicação destes critérios quando analisados de forma apartada. Por exemplo, quando uma criança nasce num país que concede nacionalidade apenas pelo critério do *jus sanguinis*, porém a legislação do país dos genitores concede nacionalidade apenas pelo critério do *jus soli*, o infante será apátrida.

Além disso, nos países onde se aplica apenas o critério do *jus sanguini*, os apátridas estão fadados a passar sua apatridia aos filhos, ainda, no caso dos órfãos e crianças abandonadas que têm sua ascendência ou seu lugar de nascimento desconhecido, se não houver uma legislação específica para a prevenção de apatridia, essas crianças também serão apátridas.

Nesta toada, temos também a discriminação de gênero como causadora de apatridia, mesmo que a desigualdade entre homens e mulheres quanto ao direito de passar sua nacionalidade aos filhos venha sendo gradativamente abolida, ainda existem muitos países na África, Ásia, Caribe e Oriente Médio que mantêm tal prática.

De acordo com a Nota de Fundo em Igualdade de Gênero, Leis de Nacionalidade e Apatridia, de 8 de março de 2016, expedida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Brunei Darussalam, Irã, Kuwait, Líbano, Qatar, Somália e Suazilândia, ainda têm leis de nacionalidade que não permitem mães passarem sua nacionalidade aos filhos, com nenhuma, ou limitadas, exceções; Bahamas, Bahrein, Barbados, Burundi, Iraque, Jordânia, Kiribati, Libéria, Líbia, Malásia, Nepal, Omã, Arábia Saudita, Sudão, Síria, Togo e Emirados Árabes Unidos têm, por sua vez, alguns mecanismos para prevenir a apatridia, por exemplo abrem exceções para que as mães passem sua nacionalidade aos filhos se o pai é desconhecido ou apátrida, mas ainda limitam essa passagem de nacionalidade pelas mulheres; Madagascar, Mauritânia e Serra Leoa, por fim, também limitam a passagem de nacionalidade por mulheres, mas possuem garantias adicionais que acabam gerando a apatridia apenas em poucas circunstâncias.²⁰

Nos casos em que os pais da criança não são casados, o risco de apatridia aumenta ainda mais em alguns países, pois a legislação restringe as possibilidades de pais ou mães não casados passarem sua nacionalidade à criança. Por exemplo, na Holanda, foi introduzida em 2003 uma nova regulamentação que exigia que o pai do nascituro fizesse uma declaração durante a gravidez da mulher afirmando que o feto era seu filho para que a filiação fosse legalmente reconhecida no momento do nascimento e para que a criança automaticamente adquirisse a cidadania holandesa. A falta desta declaração significava que a criança dependeria exclusivamente da nacionalidade da mãe para que não fosse apátrida, porém, em muitos casos, as crianças não eram elegíveis a receber a nacionalidade da mãe, em razão de

²⁰ United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). **Background Note on Gender Equality, Nationality Laws and Statelessness 2016**, 8 March 2016, p. 3. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/56de83ca4.html>>. Acesso em: 06 de out. 2016.

discriminação de gênero na legislação *jus sanguinis* ou pelo não reconhecimento de uma criança nascida fora do casamento, tornando-se, nesses casos, apátrida.²¹

Por fim, ainda com relação ao nascimento como causa da apatridia, faz-se necessário ressaltar a relação entre o registro de nascimento e a apatridia, vez que se o Estado falhar ou se recusar a registrar todos os nascimentos do país, algumas crianças serão incapazes de estabelecer sua identidade e não conseguirão adquirir uma nacionalidade ou provar seu direito de ter determinada nacionalidade, portanto, percebe-se que a certidão de nascimento pode servir para prevenir a apatridia.

Quanto à (iv) mudança no *status* civil como elemento causador da apatridia, ressalta-se a adoção, o casamento e o divórcio, vez que, quando estes fatos ocorrem, o Estado se depara com a necessidade de avaliar se esta mudança de *status* deve ter impacto na sua nacionalidade ou não.

Neste caso a discriminação de gênero, novamente, entra em cena, pois alguns Estados, por exemplo, automaticamente alteram a nacionalidade das mulheres quando estas se casam com um não nacional, baseando-se no princípio da unidade da nacionalidade familiar, gerando, assim, apatridia nos casos em que a mulher automaticamente perca sua nacionalidade quando se casa com um não nacional, mas não recebe automaticamente a nacionalidade de seu marido ou se seu marido é um apátrida.

A apatridia ainda pode surgir, segundo esta causa, quando a mulher perder a nacionalidade nos casos de divórcio ou morte do marido, bem como em alguns casos de adoção, especialmente internacionais, por exemplo quando um Estado retira a nacionalidade da criança quando esta passa a morar em outro país ou entra com o pedido de naturalização.

Desta forma, adentramos na questão da (v) mudança de nacionalidade como causadora da apatridia. Muitas pessoas, em algum momento, decidem requerer uma nacionalidade diferente e, em alguns casos, o Estado perante o qual se requer a nova nacionalidade não aceita que o requerente tenha outra nacionalidade durante o processo de naturalização e exigem que o indivíduo renuncie sua nacionalidade originária. O problema surge, de fato, quando o indivíduo renuncia sua nacionalidade e não consegue adquirir a nova, qualquer que seja o motivo.

Quanto à permissão de renúncia de nacionalidade, os Estados que a permitem também abrem uma brecha para o surgimento da apatridia. Em alguns casos o Estado revoga a nacionalidade quando descobre que os requisitos para aquisição de nacionalidade não foram

²¹ United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). **Self-Study Module on Statelessness**, 1 October 2012, p. 23. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/50b899602.html>>. Acesso em: 06 de out. de 2016.

cumpridos ou foram fraudados no momento do processo de aquisição. Isto não constitui, *per se* uma violação aos padrões internacionais, porém os Estados devem considerar a proporcionalidade de seu ato, ou seja, se a fraude foi mínima e o indivíduo viveu tempo suficiente no país e tem bons antecedentes, não é justificável a revogação de sua nacionalidade.

Nos casos em que o indivíduo já renunciou sua nacionalidade e está no processo de aquisição de outra, procedimentos administrativos burocráticos ou com taxas excessivas, prazos curtos ou, ainda, exigência de documentos impossíveis de conseguir acabam por prolongar ou perpetuar a situação de apatridia em que este indivíduo se encontra.

Com relação à (vi) migração internacional ou deslocamento forçado como causador de apatridia, verifica-se que muitos Estados automaticamente retiram a nacionalidade de cidadãos que tenham morado fora do país por determinado período, porém estes procedimentos normalmente são pouco divulgados ou muito complicados e as pessoas que migram comumente não têm conhecimento de que podem automaticamente perder sua nacionalidade.

Com relação a crianças, muitos Estados mantêm a política de que a segunda geração de crianças nascidas fora do território de naturalização não é elegível para receber a nacionalidade pelo critério do *jus sanguinis*, porém não há como garantir que o país em que esta criança nasceu utilize-se do critério do *jus soli*, gerando a possibilidade do surgimento da apatridia. Este é, por exemplo, o caso do Canadá, que em abril de 2009 efetivou mudança em sua legislação de nacionalidade, passando a prever que a segunda ou subsequente geração nascida fora do Canadá descendente de canadenses naturalizados não terá direito à nacionalidade canadense.²²

No início de 2015 a lei canadense de nacionalidade teve novas mudanças e passou a dividir seus nacionais em duas classes: os cidadãos que não possuem nenhuma outra cidadania e os que já possuem outra cidadania e que podem ter sua nacionalidade canadense revogada. A nova lei prevê que todos os cidadãos naturalizados podem ter sua cidadania canadense revogada se o governo verificar que a pessoa nunca teve real intenção de viver no Canadá, e prevê, ainda, que os canadenses com dupla cidadania podem ter sua cidadania canadense revogada devido à condenação criminal em seu outro país de nacionalidade ou por

²² Government of Canada. **Changes to Citizenship Rules**. Disponível em: <http://www.cic.gc.ca/english/citizenship/rules_2009.asp>. Acesso em: 16 de ag. de 2016.

determinadas condenações penais graves no Canadá, mesmo que já tenham cumprido sua pena.²³

Outro grande problema no caso da migração internacional ou deslocamento forçado como causador da apatridia são as crianças filhas de refugiados. Em muitos casos os refugiados não conseguem ter acesso aos consulados de seu país de origem para registrar filhos ou requisitar documentos para estes e, ao mesmo tempo, o país de acolhida pode não conceder a certidão de nascimento para estas crianças, gerando a apatridia.

Derradeiramente, quanto à (vii) sucessão de Estados (qualquer transferência de território ou soberania entre Estados) como causadora de apatridia, verifica-se que os Estados podem decidir quem é ou não seu nacional. Neste contexto é importante alertar sobre a possibilidade de parcelas da população não serem abarcadas em novas legislações acabando em situação de apatridia, ou mesmo que a legislação deixe de abarca-los em razão de discriminação.

Neste contexto, um exemplo emblemático ocorreu na separação entre Bangladesh e Paquistão em 1971, ocasião em que muitas pessoas da etnia Bihari se mudaram da Índia para Bangladesh, porém não foram reconhecidas como nacionais. O não reconhecimento da nacionalidade a estas pessoas resultou em péssimas condições de vida e pouquíssimos direitos garantidos. A partir de 2008, os 240 mil indivíduos da etnia Bihari que não eram considerados cidadãos, passaram a sê-lo por decisão do Supremo Tribunal de Bangladesh.²⁴

Por fim, vale citar a expatriação forçada, que tem como exemplo mais notório a situação de apatridia dos judeus durante a Alemanha nazista e que levou Hannah Arendt a afirmar que os campos de concentração eram “o único território que o mundo tinha a oferecer aos apátridas”.²⁵

Para que a apatridia não ocorra nessas circunstâncias é necessário que os países tenham cautela na reelaboração legislativa após mudanças geopolíticas. Mark Manly, representante atual do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no México, corrobora esta ideia afirmando que “se novas leis não forem cuidadosamente

²³ **Nova lei pode dificultar o processo de cidadania canadense para imigrantes.** Disponível em: <<http://www.immi-canada.com/blog/nova-lei-pode-dificultar-processo-de-cidadania-canadense-para-imigrantes/>>. Acesso em: 20 de ag. de 2016.

²⁴ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Apatridia em Bangladesh: os Biharis.** Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/quem-ajudamos/apatridas/campanha-das-convencoes-sobre-apatridia/apatridia-em-bangladesh-os-biharis/>>. Acesso em: 16 de ag. de 2016.

²⁵ ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo.** 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.318

redigidas, muitas pessoas serão deixadas para trás"²⁶. Este fenômeno tem longos anos de existência, “é tão antigo como a sociedade humana, remontando de toda sorte às primeiras migrações dos homens”.²⁷

2.3. CONSEQUÊNCIAS DA APATRIDIA

O conhecimento das consequências da apatridia é de suma importância, pois incentiva a criação de ferramentas para mitigar o impacto negativo que ela tem, até que uma solução permanente seja finalmente encontrada. Essas consequências têm impacto na esfera individual e familiar do apátrida, mas também pode impactar seriamente os Estados onde se encontram os apátridas, bem como a comunidade internacional como um todo.²⁸

Independentemente da condição de apatridia, a essência humana intrínseca do indivíduo não pode ser afastada, devendo ser garantido a qualquer indivíduo, portador ou não de uma nacionalidade, ao menos os direitos básicos para uma vida digna, porém a realidade fática enfrentada pelos apátridas é muito mais complexa, não havendo, ainda, substancial garantia de direitos a eles. O Relator Especial para Não Cidadãos da Organização das Nações Unidas (ONU), David Weissbrodt afirma que ser humano é o único requisito necessário para a garantia de direitos humanos, independentemente de nacionalidade, porém, na prática, a concretização da proteção internacional de direitos humanos ainda é um problema.²⁹

Os apátridas podem enfrentar grandes dificuldades para entrar ou permanecer em seu país de residência e, porque, em razão da falta de nacionalidade, nenhum Estado é obrigado a garantir estadia regular a essas pessoas, elas se encontram à mercê de detenções prolongadas ou indefinidas, bem como de serem submetidas a incontáveis deslocamentos forçados entre um país e outro.

As consequências da apatridia na vida das crianças são particularmente severas, ela não apenas afeta a oportunidade de acesso à educação e saúde, mas as deixa fora dos sistemas de proteção às crianças e ao bem-estar social, dificulta grandemente sua proteção em

²⁶ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Brasil é destaque em campanha global contra apatridia**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/brasil-e-destaque-em-campanha-global-contrapatriria/?L>>. Acesso em: 27 de jul. de 2016.

²⁷ VICHNIAC, Marc. “Le Statut International des Apatrides”. In: *Académie de droit international de La Haye, Recueil des cours*, v. 43, 1933, p. 119.

²⁸ United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). **Self-Study Module on Statelessness**, 1 October 2012, p. 30-37. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/50b899602.html>>. Acesso em: 08 de out. de 2016.

²⁹ WEISSBRODT, David; COLLINS, Clay. **The Human Rights of Stateless Persons**, 28 Hum. Rts. Q. 245 (2006). Disponível em: <http://scholarship.law.umn.edu/faculty_articles/412>. Acesso em: 04 de jul. de 2016.

situações de conflitos armados ou catástrofes naturais, vez que não há como estabelecer mecanismos de busca se vierem a desaparecer, ou de busca de sua família no caso de serem separados em meio ao caos. As crianças apátridas, ainda enfrentam grandes desafios quanto à proteção contra a violência, o tráfico de pessoas e o abuso sexual, tornando-se vulneráveis ao recrutamento de crianças soldados, escravas sexuais ou trabalho infantil análogo ao escravo.³⁰

A apatridia gera consequências particulares, também, para as mulheres, que muitas vezes acabam se submetendo a relacionamentos abusivos com nacionais na esperança de adquirirem nacionalidade através do casamento, ou, ao menos, garantir uma mínima regularidade no país. Quanto às famílias como um todo, a apatridia tem consequências especialmente em relação ao reconhecimento legal do casamento e às crianças nascidas de pais apátridas, colocando em risco o reconhecimento dos laços familiares.

Ao considerar o impacto que a apatridia traz sobre a sociedade e ao próprio Estado, percebe-se que ela gera insegurança, vez que a exclusão social invariavelmente culmina em marginalização, pobreza e violência, colocando em risco a estabilidade e harmonia social. Em casos mais extremos a marginalização gerada pela apatridia pode evoluir para um conflito interno, como foi o caso dos Lhotshampas em Butão durante os anos 1980, quando os requerimentos para adquirir a nacionalidade butanesa sofreram uma revisão que prejudicou a etnia Lhotshampa, que, por sua vez, reivindicou por reformas legislativas democráticas que acabassem com tal situação, porém não foram ouvidas e transformaram-se em um conflito violento³¹.

Por fim, quanto ao impacto da apatridia na comunidade internacional, percebe-se que as principais consequências que podem surgir são o deslocamento forçado, a responsabilidade internacional que surge pela instabilidade e os conflitos armados gerados nos Estados onde se encontram os apátridas, por fim, a possibilidade de expansão dos conflitos armados para âmbitos transfronteiriços.

2.4. NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AOS APÁTRIDAS

³⁰ United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR); Plan International. **Under the Radar and Under Protected: The Urgent Need to Address Stateless Children's Rights**, 2012. Disponível em: <<http://www.refworld.org/pdfid/514acd3e2.pdf>>. Acesso em: 10 de jul. 2016.

³¹ SOKOLOFF, Constantin; LEWIS, Richard, for the Advisory Board on Human Security. **Denial of Citizenship: a challenge to human security**, February 2005. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/10916/doc_10947_290_en.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2016.

Diante do quadro preocupante das condições de vida das milhões de pessoas apátridas, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) criou, em 1950, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), e a partir de então, a proteção dos apátridas passou a ser encarada com mais seriedade pela comunidade internacional. A responsabilidade conferida ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em relação aos apátridas iniciou-se com a responsabilidade despendida aos refugiados apátridas, sendo expandida aos demais indivíduos em situação de apatridia após a adoção da Convenção de 1954 relativa ao Estatuto dos Apátridas e da Convenção para Redução dos Casos de Apatridia de 1961. A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) conferiu ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) o mandato de identificar, prevenir, reduzir e proteger os apátridas em âmbito global.³²

A Convenção relativa ao Estatuto dos Apátridas de 1954 compartilha as mesmas origens da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Tendo sido elaborada em 1954, entrou em vigor somente em 1960, em razão da disposição do artigo 39, que afirmava sua vigência a partir do nonagésimo dia seguinte à homologação da sexta ratificação ou adesão à Convenção de 1954.³³ Os seis primeiros países foram, em ordem de adesão, Dinamarca, Israel, Reino Unido, França, Bélgica e Luxemburgo.³⁴ Esta Convenção foi concebida e elaborada visando promover aos apátridas o acesso a direitos fundamentais, tendo como princípio central a ideia de que nenhum apátrida deve ser tratado de maneira inferior a qualquer estrangeiro possuidor de uma nacionalidade. No entanto, nenhum dos direitos concedidos aos apátridas por meio da Convenção de 1954 equivale à titularidade efetiva de nacionalidade.

A Convenção para Redução dos Casos de Apatridia de 1961 surgiu justamente com a finalidade de garantir uma nacionalidade aos apátridas, fornecendo aos Estados ferramentas para evitar e solucionar a questão da apatridia. Neste sentido, verifica-se, já no primeiro artigo da Convenção de 1961, que “todo Estado Contratante concederá sua nacionalidade a uma pessoa nascida em seu território e que de outro modo seria apátrida”.³⁵ Neste diapasão, os demais artigos desta Convenção buscam encontrar soluções para as diversas possibilidades de perda – ou não aquisição – de nacionalidade, também instruindo os Estados a não privarem de

³² United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). **UNHCR Action to Address Statelessness: a strategy note**, March 2010. Disponível em: < <http://www.unhcr.org/4b960ae99.html>>. Acesso em: 20 de ag. de 2016.

³³ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas**. Nova Iorque, 1954.

³⁴ United Nations. **Convention relating to the Status of Stateless Persons**. New York, 1954.

³⁵ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia**. Nova Iorque, 1961.

nacionalidade aqueles que possam se tornar apátridas em decorrência de tal privação, a conceder a sua nacionalidade àqueles que, não tendo nascido em território de qualquer dos Estados Contratantes, venham a ser apátridas de nascimento, e a permitirem a renúncia à nacionalidade apenas àqueles que tiverem possibilidade efetiva de adquirir outra nacionalidade. A Convenção de 1961 foi promulgada pelo governo brasileiro em 18 de agosto de 2015, através do Decreto nº 8.501.³⁶

Para além das Convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1954 e 1961, podem ser elencados como instrumentos legais de proteção aos apátridas: (i) documentos universais de garantia dos direitos humanos, como a Carta das Nações Unidas, de 1945, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1966, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1966, a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, a Declaração e Programa de Ação de Viena, de 1993, Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, de 1994, a Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos, de 1996, a Declaração do Milênio, de 2000 e a Declaração e Programa de Ação de Durban, de 2001; (ii) instrumentos regionais de proteção aos direitos humanos, como a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, de 1948 e a Convenção Americana de Direitos Humanos, de 1969; (iii) resoluções da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU); e (iv) a implementação das normas sugeridas nesses instrumentos pelas leis nacionais de cada Estado.

Os tratados internacionais de garantia aos direitos humanos, especialmente os acima mencionados, fundamentalmente, dizem respeito aos apátridas, pois independentemente de sua condição de não portadores de nacionalidade, sua essência humana intrínseca jamais poderá ser afastada ou se fazer desaparecer, garantindo a eles, impreterivelmente, ao menos os direitos básicos para uma vida digna. Isto constitui uma vantagem na proteção das pessoas apátridas, vez que diversos países que não ratificaram as Convenções específicas sobre a apatridia, por serem signatários de um ou mais instrumentos universais de garantia aos direitos humanos, a exemplo dos mencionados no parágrafo anterior, têm o dever de aplicá-los sem diferenciação entre apátridas e quaisquer outros estrangeiros que se encontrem em seu território.

³⁶ BRASIL. **Decreto n. 8.501**, de 18 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8501.htm>. Acesso em: 20 de ag. de 2016.

Para ilustrar esta situação, tomando como base a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1966, e a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, verifica-se que o Canadá, a China, a Colômbia, a Espanha, os Estados Unidos e a França, são países que ratificaram tais convenções, no entanto apenas a Espanha e a França ratificaram a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, e apenas o Canadá e a Colômbia ratificaram a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, de 1961.³⁷

Seguindo com este exemplo, de acordo com a lógica de proteção aos direitos humanos apresentada, ainda que os Estados Unidos e a China não tenham ratificado nenhuma das Convenções específicas sobre a apatridia, pelo fato de terem ratificado as Convenções mencionadas no parágrafo acima, estão vinculados a proteger os apátridas, por exemplo, no que tange a garantir o direito de cada um à igualdade perante a lei, sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica, conforme prevê o artigo 5º da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1966³⁸.

³⁷ United Nations. **United Nations Treaty Collection - Multilateral Treaties Deposited with the Secretary-General**. Disponível em: < https://treaties.un.org/Pages/TreatyParticipantSearch.aspx?clang=_en>. Acesso em: 03 de out. de 2016.

³⁸ Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial**, Nova Iorque, 1966.

3. O BRASIL E A INTERNALIZAÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE APATRIDIA

O Brasil é considerado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) como um exemplo de sucesso na prevenção da apatridia, especialmente em razão do movimento “*brasileirinhos apátridas*”, que foi criado pela comunidade de brasileiros no exterior e mobilizou a sociedade civil, levando o Estado brasileiro, no ano de 2007, a extinguir o risco de apatridia entre cerca de 200 mil filhos de brasileiros nascidos fora do Brasil³⁹, questão que será explicada mais detalhadamente no próximo tópico.

O país é considerado exemplo de sucesso na prevenção da apatridia também por ser signatário das duas Convenções que tratam especificamente do assunto, bem como por seu engajamento na Campanha Global Contra Apatridia – “*I Belong*”⁴⁰ – lançada pelo ACNUR em 2014 e que busca erradicar a apatridia em 10 anos.

Em razão do papel de destaque desempenhado pelo Brasil nessa luta, analisaremos os mecanismos de prevenção e de solução adotados pelo país até o presente momento, assim como os mecanismos de proteção aos apátridas que servem de exemplo para outros países nesta luta e, ainda, as estratégias de sucesso aplicadas pela comunidade internacional que podem ser utilizadas pelo Brasil como exemplos para a implementação de novos mecanismos e um maior avanço na erradicação deste problema.

3.1. INTERNALIZAÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE APATRIDIA PELO BRASIL

3.1.1. MECANISMOS DE PREVENÇÃO DA APATRIDIA

A luta contra a apatridia não deve se limitar apenas ao seu combate após o surgimento da situação, mas também antes que este se estabeleça, ou seja, trabalhando para prevenir seu surgimento. Para isto, é de suma importância o entendimento deste fenômeno e a aplicação de tal conhecimento para identificar falhas nas legislações nacionais e práticas que podem gerar a

³⁹ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Brasil é destaque em campanha global contra apatridia**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/brasil-e-destaque-em-campanha-global-contra-apatridia/?L>>. Acesso em: 27 de jul. de 2016.

⁴⁰ United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). **Campanha I Belong**. Disponível em: <<http://ibelong.unhcr.org/en/home.do>>. Acesso em: 29 de jul. de 2016.

apatridia, bem como mudanças de *status* dos estados que possam criar alto risco para o surgimento de apátridas.

Desta forma, analisar-se-á dois mecanismos de prevenção da apatridia empregados pelo Brasil a partir de uma nova abordagem de algumas das causas de apatridia já explanadas, considerando, agora, como certas normas, programas e movimentos civis podem contribuir para a prevenção deste fenômeno. Os mecanismos a serem analisados a seguir são a importância do critério do *ius soli* para a concessão de nacionalidade e o movimento brasileiro apátridas.

i. A IMPORTÂNCIA DO CRITÉRIO DO *IUS SOLI* PARA A CONCESSÃO DE NACIONALIDADE

O Brasil adota principalmente o *ius soli* como critério de concessão de nacionalidade, mas também estabelece, atualmente, outras regras que incluem a modalidade *ius sanguinis*, de forma que nosso sistema de concessão de nacionalidade pode ser considerado híbrido. O art. 12, inciso I, da Constituição Federal de 1988 traz os casos de nacionalidade originária no Brasil:

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

II - naturalizados:

- a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.⁴¹

A alínea “a” traz a aplicação do critério *ius soli*, fazendo, porém, ressalva relativa aos nascidos no Brasil filhos de estrangeiros que estejam a serviço de seu país, bastando, neste caso, que apenas um dos pais se encaixe nesta condição para que o filho nascido no Brasil não

⁴¹ BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

seja brasileiro nato. Esta alínea é aplicada em simetria com a regra trazida pela alínea “b”, que concede a nacionalidade brasileira a filhos de brasileiros nascidos no exterior enquanto estes representem o Brasil, sendo esta uma hipótese de *ius sanguinis* combinada com a função exercida pelos pais do infante nascido no exterior.

A regra trazida pela alínea “a” é a mais relevante quanto à prevenção da apatridia de filhos de pais estrangeiros nascidos no Brasil. Esta prevenção pauta-se na concessão da nacionalidade a todos os nascidos em território brasileiro, ainda que filhos de pais estrangeiros, desde que nenhum deles esteja a serviço de seu país de origem. Ao escolher o critério do *ius soli* o Brasil passa a ser um país que previne a apatridia e que tem, cada vez mais, importância nessa questão em função do crescimento do processo migratório que temos observado nos últimos anos no país. Ao recebermos imigrantes advindos de países que adotam exclusivamente o critério do *ius soli* para a concessão de nacionalidade e que venham a ter filhos em nosso território, evitamos o surgimento da apatridia ao conceder a nacionalidade brasileira a todos os nascidos no Brasil, independentemente de sua ascensão.

A alínea “c”, por sua vez, é a mais relevante quanto à prevenção da apatridia de brasileiros, sendo a redação atual fruto da Emenda Constitucional 54, de 2007⁴², que será tratada com mais profundidade no ponto a seguir. Esta emenda foi elaborada com o intuito de evitar os casos de apatridia que aconteciam, especialmente, com filhos de brasileiros, nascidos em países que somente adotavam o critério do *ius sanguinis*. Nesta toada, temos a previsão da concessão de nacionalidade aos nascidos no exterior, filhos de pai ou mãe brasileiros, desde que registrados em repartição brasileira competente ou que venham a residir no Brasil, ou seja, constitui uma hipótese de concessão de nacionalidade por *ius sanguinis*.

ii. MOVIMENTO BRASILEIRINHOS APÁTRIDAS

A redação original da alínea “c”, inciso I, do artigo 12 da CF/88 trazia a seguinte disposição quanto aos brasileiros nascidos no exterior:

os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira,⁴³

⁴² BRASIL. **Emenda Constitucional n. 54**, de 20 de setembro de 2007.

⁴³ BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

sendo suficiente para evitar casos de apatridia, todavia, em 1994, a Emenda Constitucional de Revisão nº 3 (ECR-3) modificou este texto, que passou a vigorar com a seguinte redação: “os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira”⁴⁴.

A alteração trazida pela ECR-3 foi extremamente prejudicial para a prevenção da apatridia no Brasil, pois fez com que a aquisição de nacionalidade brasileira por filhos de pai ou mãe brasileiros nascidos no exterior ficasse condicionada à residência no país. Desta forma, todos aqueles que, por algum motivo, não tinham condições de retornar ao Brasil se viram privados de seu direito à nacionalidade brasileira.

Em razão disso, o nascimento de filhos de pai ou mãe brasileiros em qualquer país que utilizasse somente o critério do *ius sanguini* como forma de atribuição de nacionalidade fadaria estas crianças à condição de apátridas. Dentro deste contexto, também foram registrados casos de crianças nascidas no exterior, filhas de um genitor brasileiro e um genitor estrangeiro que tampouco tinham o direito de receber a nacionalidade brasileira e, conseqüentemente, transmiti-la aos seus descendentes.⁴⁵

Quando os efeitos dessa modificação começaram a surgir, houve grande comoção dos pais brasileiros de crianças nascidas no exterior, no sentido de lutar para a revisão da Emenda, de forma a solucionar o problema criado. Surgiu, então, o movimento “*Brasileirinhos Apátridas*”, caracterizado por ser um movimento da sociedade civil para influenciar mudanças no âmbito da apatridia, utilizando a mídia online, a imprensa, o envio de cartas sobre o problema às autoridades brasileiras e estrangeiras, manifestações em repartições públicas brasileiras no exterior e até mesmo na sede da Organização das Nações Unidas em Genebra, na Suíça, país onde o movimento teve início.

Depois de dois anos, em 25 de maio de 1996, foi apresentada a primeira Proposta de Emenda Constitucional a respeito desta questão, a chamada PEC 382/1996⁴⁶, que propunha o reestabelecimento da redação vigente até a promulgação da ECR-3. A referida PEC passou anos em tramitação, tendo sido arquivada em 2 de fevereiro de 1999, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados⁴⁷, sendo desarquivada em 4 de março de

⁴⁴ BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988..

⁴⁵ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Campanha das Convenções sobre Apatridia**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/quem-ajudamos/apatridas/campanha-das-convencoes-sobre-apatridia/apatridia-entre-expatriados-brasileiros/>>. Acesso em: 30 de set. de 2016.

⁴⁶ BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 382**, de 29 de maio de 1996.

⁴⁷ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Regimento interno da Câmara dos Deputados** [recurso eletrônico]: aprovado pela Resolução n. 17, de 1989, e alterado até a Resolução n. 17, de 2016. – 17. ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série textos básicos ; n. 136).

1999, nos termos do mesmo artigo do Regimento Interno, apensada à PEC 13/1999⁴⁸ e à PEC 272/2000⁴⁹, a qual propunha não apenas uma nova redação à alínea modificada pela ECR-3, mas também o acréscimo de um artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que assegurava o registro de brasileiros nascidos no exterior em consulados brasileiros nos países estrangeiros. A PEC 272/2000 foi finalmente aprovada em 20 de setembro de 2007 e transformada na Emenda Constitucional 54/2007⁵⁰.

Com a Emenda Constitucional 54/2007 a redação da alínea “c”, inciso I, art. 12 da Constituição Federal de 1988 passou a prever que são brasileiros natos:

os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira,⁵¹

prevenindo, assim, a apatridia de brasileiros nascidos no exterior.

Como vimos, esta redação é fruto de modificações ocorridas ao longo do tempo, impulsionadas principalmente pela sociedade civil que lutou para reduzir os casos de apatridia causados pela antiga redação da norma. Após todo esse processo a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a considerar o Brasil um caso de sucesso no combate à apatridia, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) viu a reforma constitucional brasileira como uma reforma de referência no que diz respeito à prevenção do problema.

3.1.2. MECANISMOS DE SOLUÇÃO PARA A APATRIDIA

Os mecanismos de solução para a apatridia têm elevado destaque, vez que, ainda que seja de suma importância prevenir o surgimento deste fenômeno, após seu estabelecimento faz-se necessário criar estratégias de resposta às diferentes formas em que se materializa e lutar para sua erradicação, tendo em vista que a confirmação deste *status* é altamente prejudicial a vida dos indivíduos atingidos, colocando-os numa posição de extrema vulnerabilidade e violação de direitos humanos.

⁴⁸ BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 13**, de 25 de março de 1999.

⁴⁹ BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 272**, de 03 de agosto de 2000.

⁵⁰ BRASIL. **Emenda Constitucional nº 54**, de 20 de setembro de 2007.

⁵¹ BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

Assim, para além dos mecanismos de prevenção destacados, serão elencados a seguir algumas iniciativas regionais de inclusão dos apátridas que visam à erradicação da apatridia, quais sejam a Declaração de Brasília Sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano, de 11 de novembro de 2010; as declarações adotadas na Conferência Cartagena +30, realizada em 2014 em Brasília, a Declaração do Brasil: Um Marco de Cooperação e Solidariedade Regional para Fortalecer a Proteção Internacional das Pessoas Refugiadas, Deslocadas e Apátridas na América Latina e no Caribe e o Plano de Ação do Brasil: Um Roteiro Comum para Fortalecer a Proteção e Promover Soluções Duradouras para as Pessoas Refugiadas, Deslocadas e Apátridas na América Latina e no Caribe em um Marco de Cooperação e Solidariedade.

i. DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA SOBRE A PROTEÇÃO DE REFUGIADOS E APÁTRIDAS NO CONTINENTE AMERICANO

A Declaração de Brasília⁵² é fruto do encontro dos países da América Latina que ocorreu em 2010 em celebração ao sexagésimo aniversário do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e da Convenção de 1951 e do quinquagésimo aniversário da Convenção de 1961. Como resultado do encontro a declaração traz algumas metas para os países latino-americanos relacionadas à apatridia, como a adesão dos países ainda não signatários aos instrumentos internacionais, a revisão das legislações nacionais para prevenir e reduzir o problema e o fortalecimento dos mecanismos nacionais para o registro universal de nascimentos.

O encontro e a Declaração serviram como base para as discussões realizadas posteriormente na Conferência Cartagena +30, e desta forma as metas traçadas em 2010 foram aprofundadas e postas de maneira ainda mais detalhada visando uma maior e mais prática efetividade na Declaração do Brasil e no Plano do Brasil, frutos de Cartagena +30.

ii. DECLARAÇÃO DO BRASIL: UM MARCO DE COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE REGIONAL PARA FORTALECER A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DAS PESSOAS REFUGIADAS, DESLOCADAS E APÁTRIDAS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

⁵² Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Declaração de Brasília Sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano**. Brasília, 2010.

A Declaração do Brasil ⁵³ é fruto da Conferência Cartagena +30, realizada em Brasília no ano de 2014 para comemorar o trigésimo aniversário da Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984, propondo, dentre outras propostas relacionadas ao refúgio, ao deslocamento interno e ao asilo, soluções eficazes para melhorar a proteção das pessoas apátridas na região.

Algumas das inovações em termos de solução e prevenção da apatridia trazidas pela Declaração são a busca por aprofundar a cooperação dentro do marco dos mecanismos de integração regional, a promoção da adoção de políticas integrais e sua inclusão nos planos nacionais de desenvolvimento que atendam às necessidades de pessoas apátridas, o oferecimento de facilidades para a concessão de documentos de identificação pessoal, as políticas de hospitalidade para fortalecer a integração local e facilitar a naturalização de pessoas apátridas.

iii. PLANO DE AÇÃO DO BRASIL: UM ROTEIRO COMUM PARA FORTALECER A PROTEÇÃO E PROMOVER SOLUÇÕES DURADOURAS PARA AS PESSOAS REFUGIADAS, DESLOCADAS E APÁTRIDAS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE EM UM MARCO DE COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE

O Plano de Ação do Brasil ⁵⁴, assim como a Declaração do Brasil, é fruto da Conferência Cartagena +30 e apresenta propostas de programas para implementação por parte dos governos visando ao avanço nas matérias refúgio, deslocamento e apatridia. Este Plano de Ação, além de outras inovações, criou o programa “Erradicação da Apatridia” que, em conformidade com a Campanha Global para Erradicação da Apatridia – *I Belong* -, impulsionada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), visa a erradicar a apatridia na América Latina e Caribe em 10 anos. Este programa segue as recomendações fornecidas na Declaração de Brasília de 2010, as estratégias desenvolvidas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e as resoluções sobre apatridia da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O Plano de Ação do Brasil, tendo como importante ferramenta o programa Erradicação da Apatridia, prevê: (i) a harmonização da normativa e prática interna sobre nacionalidade segundo os padrões internacionais; (ii) a facilitação do registro universal de nascimentos e a concessão de documentação; (iii) o estabelecimento de procedimentos

⁵³ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Declaração do Brasil**. Brasília, 2014.

⁵⁴ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Plano de Ação do Brasil**. Brasília, 2014.

efetivos para determinar a condição de apátrida, propondo que essa função seja incluída no rol de competências dos CONAREs; (iv) a adoção de marcos normativos de proteção que garantam os direitos das pessoas apátridas; (v) a facilitação da naturalização e (vi) o restabelecimento ou recuperação da nacionalidade, mediante legislação ou políticas inclusivas.

iv. NATURALIZAÇÃO

A naturalização é uma das formas de solução da apatridia. Trata-se de uma forma eficiente de solução em razão de sua durabilidade, no entanto, não se deve considerá-la como única ou mais importante forma de solução do problema enfrentado, tendo em vista que para os apátridas a proteção de seus direitos imediatos e básicos é mais latente, garantindo-lhes uma vida digna até o momento que logrem êxito na naturalização.

A fim de incentivar os Estados a avançarem neste sentido, o artigo 32 da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas prevê que:

Os Estados Contratantes facilitarão, na medida do possível, a assimilação e a naturalização dos apátridas. Esforçar-se-ão notadamente para acelerar o processo de naturalização e reduzir, na medida do possível, as taxas e despesas desse processo⁵⁵.

Porém, em consequência da soberania dos Estados, cabe exclusivamente a eles a criação de mecanismos e legislação de atribuição de sua nacionalidade, portanto, a implementação de uma legislação que permita e facilite a naturalização de estrangeiros apátridas que se encontrem em território nacional depende do comprometimento do Estado com a causa da apatridia, ainda que o Direito Internacional estabeleça restrições à liberdade dos Estados quanto à concessão e revogação de nacionalidade.

O Brasil tem mostrado preocupação e se empenhado em buscar soluções para o problema da apatridia, especialmente em virtude do crescente fluxo migratório em sua direção que vem ocorrendo nos últimos anos. Em 10 de maio de 2016, o Brasil publicou o decreto n. 8.757, que desburocratiza a naturalização de estrangeiros e abole a necessidade de renúncia da nacionalidade prévia por parte do migrante para se tornar cidadão brasileiro. As previsões do novo decreto vão ao encontro do previsto na Constituição Federal de 1988 e nas Convenções Internacionais sobre a erradicação da apatridia e foram elogiadas pela Organização das

⁵⁵ BRASIL. **Decreto n. 4.246**, de 22 de maio de 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4246.htm>. Acesso em: 10 de set. de 2016.

Nações Unidas (ONU) e aprovadas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)⁵⁶.

Esta iniciativa, em conjunto com todas as outras apresentadas neste trabalho, demonstra o compromisso do Brasil com a causa da apatridia, tornando-o um modelo para os países vizinhos, e contribui na incorporação das Convenções de 1954 e 1961 na legislação interna do país. Em razão disso, o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) considera o Brasil como modelo para incentivar que outros países iniciem um compromisso maior com a erradicação da apatridia, especialmente nos próximos dez anos, em resposta à campanha *I Belong*.

3.1.3. MECANISMOS DE PROTEÇÃO AOS APÁTRIDAS

Em complemento aos mecanismos de prevenção e solução da apatridia, vale destacar os mecanismos de proteção dos apátridas e sua inegável importância. Considerando que a apatridia é um fato e um problema que assola milhões de pessoas, verifica-se que, por vezes, tanto os mecanismos de prevenção como os de solução falham, gerando aos apátridas uma situação de extrema vulnerabilidade e violação de direitos humanos que precisa ser combatida na esfera cotidiana destes indivíduos, que já foram atingidos pelo problema e ainda não foram contemplados com uma solução concreta.

A partir deste ponto de vista, é possível concluir que a importância da criação e implementação de mecanismos de proteção aos apátridas pelos Estados é latente, vez que o direcionamento de esforços para a criação de mecanismos de solução negligenciando a proteção dos apátridas acaba por mitigar os resultados esperados, pois as violações de direitos humanos sofridas por estes indivíduos enquanto aguardam a criação e implementação de soluções concretas para o fenômeno podem gerar resultados irreversíveis na vida destas pessoas.

Desta forma, convencionou-se que nenhum apátrida deverá ser tratado de forma inferior a qualquer estrangeiro⁵⁷, bem como, de acordo com a Convenção de 1954, que os Estados signatários deverão cumprir o previsto na referida Convenção sem qualquer

⁵⁶ Organização das Nações Unidas (ONU). **ACNUR: Novo decreto facilita naturalização de estrangeiros no Brasil e combate à apatridia**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acnur-novo-decreto-facilita-naturalizacao-de-estrangeiros-no-brasil-e-combate-a-apatridia/>>. Acesso em: 30 de out. de 2016.

⁵⁷ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Protegendo os direitos dos apátridas: Convenção da ONU de 1954 sobre o Estatuto dos Apátridas**, pg. 4. Disponível em: <<http://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=4fd737eb2>>. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

discriminação motivada por raça, religião ou país de origem (art. 3º), concedendo direitos equivalentes aos dos nacionais quanto ao exercício de sua religião (art. 4º), concedendo direitos de propriedade intelectual e industrial (art. 14), concedendo acesso a tribunais (art. 16), educação pública (art. 22), assistência pública (art. 22) e direitos trabalhistas (art. 24)⁵⁸, dentre outras importantes garantias.

O Brasil, diante deste contexto tem se esforçado para implementar mecanismos de proteção aos apátridas, os quais serão apresentados neste tópico, como o Projeto de Lei de Migração n. 2.516, apresentado em 04 de agosto de 2015, que cria o processo de determinação da condição de apátrida no Brasil, estabelecendo direitos e obrigações para estes indivíduos; a concessão de documentação aos apátridas e o visto de trânsito para pessoas em condição de apátrida previsto no Estatuto do Estrangeiro.

i. PROJETO DE LEI DE MIGRAÇÃO 2.516/2015

Como resposta ao problema da apatridia, o Brasil apresentou, em 04 de agosto de 2015, o Projeto de Lei de Migração 2.516, de autoria do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP)⁵⁹, com texto substitutivo do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), aprovado por uma comissão especial em julho de 2016⁶⁰, que visa substituir a legislação migratória brasileira atual datada época da Ditadura – Estatuto do Estrangeiro, Lei n. 6.815 de 1980 -, por normas mais voltadas à defesa dos direitos humanos. A proposta que cria a Lei de Migração, através deste Projeto de Lei do Senado, está pronta para votação no Plenário da Câmara dos Deputados.⁶¹

De acordo com o texto, elaborado e apresentado pela Secretaria Nacional de Justiça, o Brasil reconhecerá como apátrida qualquer pessoa que “não seja considerada como nacional ou cidadão por nenhum Estado” ou que não puder provar sua nacionalidade “por circunstâncias alheias à sua vontade”.⁶² Após determinação da condição de apatridia, o indivíduo apátrida poderá solicitar a naturalização brasileira, extensível a seus dependentes e

⁵⁸ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas**. Nova Iorque, 1954.

⁵⁹ MORAIS, Renata Cabrera de. **Você já ouviu falar em apátridas?** Disponível em: <<http://www.politize.com.br/voce-ja-ouviu-falar-em-apatridas/>>. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

⁶⁰ NOBRE, Noéli; OLIVEIRA, Marcelo. **Projeto da Lei de Migração está pronto para ser votado pelo Plenário**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/RELACOES-EXTERIORES/517147-PROJETO-DA-LEI-DE-MIGRACAO-ESTA-PRONTO-PARA-SER-VOTADO-PELO-PLENARIO.html>>. Acesso em: 04 de nov. de 2016.

⁶¹ Idem.

⁶² Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Governo do Brasil Anuncia Projeto de Lei para Proteger Pessoas Sem Patria**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/governo-do-brasil-anuncia-projeto-de-lei-para-proteger-pessoas-sem-patria/>>. Acesso em: 04 de nov. de 2016.

integrantes de seu núcleo familiar⁶³. O Projeto de Lei prevê em seu art. 32 que: “Regulamento disporá sobre instituto protetivo especial da pessoa apátrida, consolidado em mecanismo simplificado de naturalização, tão logo seja determinada a situação de apatridia”.⁶⁴

O reconhecimento do *status* de apatridia é um mecanismo chave para garantir aos apátridas a proteção prevista na Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954 e a implementação de mecanismos de determinação da apatridia pelos Estados é importante, vez que nem a Convenção de 1954, nem qualquer outro mecanismo internacional o faz. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) organizou, em 2010, uma reunião de especialistas que resultou em duas diretrizes, uma sobre procedimentos para a determinação de um indivíduo como apátrida e outra sobre o *status* das pessoas apátridas em nível nacional.⁶⁵

Atualmente, apenas uma minoria de Estados possui procedimentos válidos para a determinação da apatridia, quais sejam, França, Itália, Hungria, Letônia, Espanha, Moldova, Geórgia, Filipinas, Costa Rica, Reino Unido, Kosovo e Turquia. A Grécia, a Eslováquia e a Suíça possuem legislações que garantem proteção aos apátridas, porém não estabeleceram procedimentos específicos para a determinação do *status* do apátrida. A Bélgica, por sua vez, possui mecanismos de determinação do *status* de apatridia por um dos 27 Tribunais de Primeira Instância do país, porém não existe um mecanismo específico para essa determinação, e não há nenhum direito inerente a condição de apatridia no país.⁶⁶

O avanço do Brasil no sentido de implementar um mecanismo de determinação do *status* de apatridia é de suma importância para a garantia de direitos básicos a essas pessoas e demonstra o engajamento do país na luta contra este fenômeno.

ii. CONCESSÃO DE DOCUMENTAÇÃO AOS APÁTRIDAS

⁶³ MORAIS, Renata Cabrera de. **Você já ouviu falar em apátridas?** Disponível em: <<http://www.politize.com.br/voce-ja-ouviu-falar-em-apatridas/>>. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

⁶⁴ Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 2.516, de 2015.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7F07E1F34F78828D48FD4921135501CF.proposicoesWeb1?codteor=1370312&filename=Avulso+-PL+2516/2015>. Acesso em 02 de nov. de 2016.

⁶⁵ United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). **UNHCR, Expert Meeting - Statelessness Determination Procedures and the Status of Stateless Persons (Summary Conclusions)**, December 2010. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/4d9022762.html>>. 04 de nov. de 2016.

⁶⁶ United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). **Special Report: Ending Statelessness within 10 years.** Disponível em: <<http://www.unhcr.org/ibelong/special-report-ending-statelessness-within-10-years/>>. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

A documentação de um indivíduo tem papel crucial na concessão e usufruto de direitos e benefícios, especialmente aos apátridas, bem como auxilia na proteção desses indivíduos contra assédio e exploração por autoridades ou indivíduos que visem tirar vantagem da situação de vulnerabilidade em que estas pessoas se encontram.

A Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954 prevê em seu artigo 27 que os Estados signatários devem emitir documentos de identidade aos apátridas que se encontrem em seu território e não possuam documentos de viagem válidos. O artigo 28 da Convenção estabelece que os Estados signatários devem emitir documentos de viagem aos apátridas que residam legalmente em seu território, a não ser em casos em que este ato contrarie a segurança nacional ou a ordem pública. A segunda parte do artigo 28, por sua vez, convida os Estados signatários a considerarem a emissão de documentos de viagem aos apátridas que se encontrem em seu território, mas por alguma razão não são residentes legais.⁶⁷

O Brasil aplica as diretrizes mencionadas da Convenção de 1954 emitindo aos apátridas o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), a Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE), quando aplicável, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a Carteira de Trabalho, bem como, mediante requerimento, o Passaporte para Estrangeiro.⁶⁸

iii. VISTO DE TRÂNSITO PARA PESSOAS EM CONDIÇÃO DE APÁTRIDA E OUTROS DIREITOS CONCEDIDOS

O Estatuto do Estrangeiro – Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980 prevê, em seus artigos 53 e 54, inciso I, alínea a, que os apátridas têm direito a um documento de Viagem para Estrangeiro, o passaporte para estrangeiros⁶⁹.

Este documento de viagem concedido aos apátridas permite o gozo de direitos fundamentais inerentes a todo ser humano independente de sua nacionalidade. O Brasil, além do direito à Passaporte para Estrangeiro, garante outros direitos aos apátridas que estejam em seu território, quais sejam: (i) tratamento igualitário ao concedido aos demais estrangeiros que se encontrem no país; (ii) igualdade de direitos e assistência básica dada a qualquer outro

⁶⁷ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Nacionalidade e Apatridia: Manual para parlamentares**, n. 11 – 2005, p. 26. Disponível em: <http://www.ipu.org/PDF/publications/nationality_p.pdf>. Acesso em: 03 de nov. de 2016.

⁶⁸ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Apatridia**, pg. 6. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2012/Apatridia_-_ACNUR_2012.pdf?view=1>. Acesso em: 03 de nov. de 2016.

⁶⁹ BRASIL. Presidência da República. **Estatuto do Estrangeiro, Lei 6.815**, de 19 de agosto de 1980.

estrangeiro que resida legalmente no país (emprego remunerado, educação pública, moradia e liberdade de circulação), além dos direitos humanos fundamentais de não discriminação e não sujeição à tortura e tratamentos cruéis e degradantes; (iii) igualdade de direitos e assistência básica dada a qualquer nacional, no que diz respeito à liberdade de culto, aos direitos de propriedade intelectual, ao acesso à justiça, à assistência judiciária gratuita, à assistência pública e à legislação do trabalho e segurança nacional.

Ainda quanto aos direitos garantidos aos apátridas que se encontrem em território brasileiro estão: (iv) o direito à documentação para estrangeiros já mencionada; (v) a livre escolha do lugar de residência; (vi) e a opção de solicitação de permanência definitiva de acordo com os termos estabelecidos pelo Ministério da Justiça e pelo Conselho Nacional de Imigração.⁷⁰

Há ainda a possibilidade de o apátrida ser solicitante de refúgio nos termos do art. 1º, inciso II da Lei 9.474/97:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:
II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;⁷¹

caso em que, uma vez reconhecido o *status* de refúgio ao apátrida, este terá garantia de todos os direitos endereçados aos refugiados especificamente.

⁷⁰ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Apatridia**, pg. 6. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2012/Apatridia_-_ACNUR_2012.pdf?view=1>. Acesso em: 03 de nov. de 2016.

⁷¹ BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

4. O BRASIL E A IMPLEMENTAÇÃO DE INICIATIVAS INTERNACIONAIS DE SUCESSO CONTRA A APATRIDIA

O Brasil tem se apresentado frente a comunidade internacional como um exemplo na luta contra a apatridia, sendo considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um caso de sucesso na prevenção deste fenômeno.⁷²

Dentre os avanços contra a apatridia implementados pelo Brasil, conforme já explicitado, menciona-se a promulgação das duas Convenções Internacionais das Nações Unidas sobre a Apatridia, ou seja, a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954, promulgada por meio da edição do Decreto n. 4.246, de 22 de maio de 2002, e a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia de 1961, promulgada por meio da edição do Decreto n. 8.501, de 18 de agosto de 2015.

Destaca-se, ainda, a solução implementada pelo Brasil para o problema dos “brasileirinhos apátridas”, qual seja, a Emenda Constitucional n. 54, de 20 de setembro de 2007, através da qual o Brasil passou a conceder a nacionalidade brasileira a todas as crianças nascidas em seu território, bem como aos filhos de brasileiros nascidos no exterior.

Além disso, o Brasil assinou, em dezembro de 2014, a Declaração do Brasil sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas, comprometendo-se a proteger estas pessoas e reduzir os fatores geradores do fenômeno ao longo dos próximos 10 (dez) anos, dentro outras medidas contra a apatridia implementadas pelo país.

Apesar do papel de destaque ocupado pelo Brasil nesta luta, é necessário que os esforços continuem crescendo e encontrando novos caminhos de desenvolvimento. Desta forma, torna-se relevante a análise de iniciativas de sucesso implementadas por outros Estados na luta contra a apatridia, a fim de que o Brasil encontre exemplos que possam ser incorporados a sua atuação nesta jornada.

4.1. INICIATIVAS DE SUCESSO IMPLEMENTADAS PELA COMUNIDADE INTERNACIONAL

⁷² Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Doze milhões de apátridas vivem em limbo legal: Brasil é "caso de sucesso" em campanha global do ACNUR sobre apatridia**. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/eventos/Apatridia_no_mundo>. Acesso em: 05 de nov. de 2016.

A luta contra a apatridia se dá em nível internacional, com mecanismos de prevenção, solução e proteção aos apátridas sendo desenvolvidos e implementados em diferentes Estados, seguindo as diretrizes internacionais apontadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Dentre os mecanismos de prevenção e solução da apatridia e os mecanismos de proteção aos apátridas implementados em Estados estrangeiros alguns obtiveram sucesso suficiente para tornarem-se modelo para outros Estados que também estejam lutando contra a apatridia, dentre eles serão destacados a seguir iniciativas que podem ser espelhadas pelo Brasil no avanço da busca da erradicação deste fenômeno.

i. CLÍNICA JURÍDICA DE LIVERPOOL: PRESTAÇÃO DE AUXÍLIO JURÍDICO⁷³

Em outubro de 2013 a Clínica Jurídica de Liverpool, projeto do Departamento de Direito da Universidade de Liverpool, iniciou um projeto para auxiliar e representar gratuitamente os apátridas em seus requerimentos de reconhecimento de *status* de apátrida perante o governo britânico.

A Clínica é coordenada por advogados e por estudantes de direito que recebem apátridas vindos de todo o Reino Unido em busca de ajuda, os quais são informados sobre a existência do projeto por meio de organizações como a Cruz Vermelha e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), ou através da internet e, ainda, por indicação de outros apátridas que já se utilizaram dos serviços prestados pela Clínica Jurídica.

Através da prática jurídica adquirida pela Clínica o projeto tem apoiado outros representados jurídicos liderando solicitações de reconhecimento do *status* de apátrida em nome de seus clientes, tem fortalecido contato com vários parceiros na área e participado de reuniões internacionais a respeito do assunto e influenciado na melhoria desta prática jurídica através do intercâmbio de experiências.

A Clínica Jurídica de Liverpool, ainda, tem grande influência sobre seus alunos participantes, despertando neles o interesse em trabalhar nesta área, bem como oferecendo-lhes excelente experiência jurídica no assunto.

⁷³ United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). **Special Report: Ending Statelessness within 10 years**, pg. 7. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/ibelong/special-report-ending-statelessness-within-10-years/>>. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

ii. IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTO PARA A DETERMINAÇÃO DO *STATUS* DE APÁTRIDA: O EXEMPLO DA MOLDÁVIA

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) realizou uma Reunião Ministerial em dezembro de 2011 em comemoração do 60º aniversário da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e do 50º aniversário da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia de 1961, quando dez Estados se comprometeram a estabelecer procedimentos para a determinação do *status* de apátrida.

O primeiro país a cumprir com a promessa foi a Moldávia, que já no final de 2011 adotou uma das mais detalhadas legislações acerca da determinação do *status* de apátrida implementadas até hoje e que deve servir de exemplo para outros Estados. A implementação se deu através da introdução do Capítulo X à Lei do Regime de Estrangeiros da Moldávia⁷⁴.

O art. 87¹, (1) da Lei do Regime de Estrangeiros da Moldávia prevê que o requerimento de determinação do *status* de apátrida pode ser solicitado tanto pelo indivíduo que alega não possuir nenhuma nacionalidade quanto *ex officio* pela autoridade competente⁷⁵, qual seja, o Departamento de Migração e Asilo do Ministério de Assuntos Nacionais, que possui um setor especializado no procedimento em questão⁷⁶.

O art. 87¹, (2) garante que a solicitação pode ser protocolada de forma escrita ou oral, e o art. 87¹, (4) afirma que o solicitante que não fale a língua nacional deverá receber o auxílio de um tradutor. Segundo o art. 87⁴, (1) e (2), prevê que deve ser realizada uma entrevista com o solicitante no prazo de 15 dias úteis a contar do protocolo da solicitação e a entrevista deve ser relatada por escrito, constando todas as informações sobre o indivíduo.⁷⁷

A legislação da Moldávia a respeito do procedimento de determinação do *status* de apátrida preocupa-se de forma particular com a proteção especial garantida aos menores

⁷⁴ Moldova: **Law No. 284 of 2011 on Amendment and Completion of Certain Legislative Documents** [Republic of Moldova], 10 February 2012. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4fbdf6662.html>>. Acesso em: 7 de nov. de 2016.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). **Special Report: Ending Statelessness within 10 years**, pg. 14. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/ibelong/special-report-ending-statelessness-within-10-years/>>. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

⁷⁷ Moldova: **Law No. 284 of 2011 on Amendment and Completion of Certain Legislative Documents** [Republic of Moldova], 10 February 2012. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4fbdf6662.html>>. Acesso em: 7 de nov. de 2016.

desacompanhados e às pessoas com deficiências mentais, devendo ambos ser acompanhados por representantes legais no processo de reconhecimento de seu *status* de apatridia.⁷⁸

A análise da solicitação e a decisão da concessão ou não do *status* de apátrida ao solicitante deverá ser publicada num período de seis meses a partir da data de protocolo da solicitação, sujeita a, no máximo, seis prorrogações de um mês cada, de acordo com o art. 87², (1) da Lei do Regime de Estrangeiros da Moldávia e o solicitante não poderá ser deportado enquanto uma decisão não for publicada.⁷⁹

Por fim, vale destacar que a legislação da Moldávia sobre a determinação do *status* de apátrida prevê que o solicitante deve ser informado acerca da decisão, no prazo de três dias úteis a partir da publicação da decisão, sendo-lhe garantido o direito de apelação judicial em caso de negativa, conforme o art. 87⁷, (2) da Lei do Regime de Estrangeiros da Moldávia.⁸⁰

iii. O PAPEL DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR) E DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NA LUTA CONTRA A APATRIDIA NO QUIRGUISTÃO

No Quirguistão, assim como em outros países da antiga União Soviética, a apatridia continua sendo um motivo de preocupação, com população de 12.000 apátridas ou em risco de apatridia residentes no país.⁸¹ A maioria dessas pessoas são mulheres e crianças, as quais vivem no país há muitos anos, possuindo laços familiares bem formados e são culturalmente e socialmente bem integradas, no entanto, por não possuírem documentação não podem registrar seus casamentos ou o nascimento de seus filhos, ou ainda viajar, receber pensões do governo ou possuir qualquer propriedade legalmente.⁸²

Desde a sua independência, o Quirguistão tem avançados no combate a apatridia. Dos 20.000 refugiados advindos da guerra civil no Tajiquistão nos anos 1990, mais ou menos

⁷⁸ United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). **Special Report: Ending Statelessness within 10 years**, pg. 15. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/ibelong/special-report-ending-statelessness-within-10-years/>>. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

⁷⁹ Moldova: **Law No. 284 of 2011 on Amendment and Completion of Certain Legislative Documents** [Republic of Moldova], 10 February 2012. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4fbdf6662.html>>. Acesso em: 7 de nov. de 2016.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). **Annual Consultations with NGOs, 1 – 3 July 2015 – International Conference Center Geneva, Thematic Session, Background Paper**, pg. 1. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/ngo-consultations/ngo-consultations-2015/Thematic-session-Statelessness.pdf>>. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

⁸² PROKOPCHUK, Natalia; TAN, Vivian. **Statelessness: Breaking the cycle in Kyrgyzstan**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/news/latest/2011/8/4e5755809/statelessness-breaking-cycle-kyrgyzstan.html>>. Acesso em: 03 de nov. de 2016.

metade deles receberam a nacionalidade quirguistanesa, enquanto a outra metade foi repatriada.⁸³ Em 2007 o Quirguistão adotou uma nova Lei de Nacionalidade e, a partir de então, tem trabalhado em conjunto com a sociedade civil e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) para prevenir e reduzir os casos de apatridia no país⁸⁴ e em 2009 foi adotado o Plano para Redução e Prevenção da Apatridia⁸⁵.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) tem financiado organizações não governamentais no Quirguistão, prestado auxílio a respeito de legislações e práticas em apatridia, bem como prestado suporte técnico às autoridades responsáveis por lidar com este problema no país.⁸⁶ Como parte desta iniciativa a organização *Ferghana Valley Lawyers without Borders* tem recebido auxílio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e tomado a frente nos esforços na parte sul do país, organizando postos móveis de clínicas legais e instalações fixas dessas clínicas que prestam serviços aos apátridas e pessoas sem documentos no Quirguistão.⁸⁷ Através deste serviço muitos apátridas têm recebido a nacionalidade quirguistanesa, bem como muitas pessoas portadoras do passaporte da antiga União Soviética têm tido sua nacionalidade reconhecida e seu passaporte trocado pelo passaporte do Quirguistão.

A ação dos advogados da organização *Ferghana Valley Lawyers without Borders* gerou grande interesse da população acerca da possibilidade de tornarem-se nacionais, bem como a busca por informações a respeito dos procedimentos a serem tomados para atingir este resultado⁸⁸, o que, por si só já é uma grande vitória, pois o empoderamento destas pessoas na busca de soluções para o seu problema tem papel importantíssimo no fortalecimento desta luta

⁸³ PROKOPCHUK, Natalia; TAN, Vivian. **Statelessness: Breaking the cycle in Kyrgyzstan**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/news/latest/2011/8/4e5755809/statelessness-breaking-cycle-kyrgyzstan.html>>. Acesso em: 03 de nov. de 2016.

⁸⁴ United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). **Annual Consultations with NGOs, 1 – 3 July 2015 – International Conference Center Geneva, Thematic Session, Background Paper**, pg. 1. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/ngo-consultations/ngo-consultations-2015/Thematic-session-Statelessness.pdf>>. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

⁸⁵ PROKOPCHUK, Natalia; TAN, Vivian. **Statelessness: Breaking the cycle in Kyrgyzstan**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/news/latest/2011/8/4e5755809/statelessness-breaking-cycle-kyrgyzstan.html>>. Acesso em: 03 de nov. de 2016.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). **Annual Consultations with NGOs, 1 – 3 July 2015 – International Conference Center Geneva, Thematic Session, Background Paper**, pg. 1. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/ngo-consultations/ngo-consultations-2015/Thematic-session-Statelessness.pdf>>. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

⁸⁸ ABDRAKHMANOVA, Ainagul; EGZIABHER, Kisut Gebre; DOBBS, Leo. **UNHCR Project helps ethnic minority in Fergana Valley get Kyrgyz nationality**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/news/makingdifference/2013/12/52a08dc29/unhcr-project-helps-ethnic-minority-fergana-valley-kyrgyz-nationality.html>>. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

e na pressão exercida perante os governos nacionais para a mudança da legislação a fim de melhorar as condições de vida dos apátridas que se encontrem em seu território.

Os advogados da organização em questão também estão envolvidos em esforços para a melhoria da legislação do Quirguistão a respeito de nacionalidade e registro civil, bem como, de acordo com informações do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) publicados em julho de 2015, estão coordenando a empreitada de esforços, com o apoio da Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados, com o intuito de resolver todos os casos de apatridia existentes no país.⁸⁹

iv. A REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE APATRIDIA DA POPULAÇÃO MACONDES RESIDENTE NO QUÊNIA

A população Maconde é originária do sul da Tanzânia e norte de Moçambique e parte imigrou para o Quênia na década de 1930 para trabalhar no campo, com cana e sisal⁹⁰, porém não tiveram sua nacionalidade reconhecida e seus filhos não receberam a nacionalidade queniana, tornando essa população residente no Quênia apátridas.

Atualmente, segundo informação publicada em outubro de 2016 pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), existem cerca de 6.000 apátridas de origem Maconde no Quênia, porém, em 2015, uma solução para o problema dos Macondes começou a se delinear. Em nome da população apátrida de origem Maconde o *Kwale County Legal and Justice Assembly Committee* peticionou ao presidente do Quênia, Uhuru Kenyatta, a revisão do caso desta população e em resposta, o presidente criou uma força tarefa para analisar a situação da apatridia no país.⁹¹

A força tarefa criada trabalhou na análise de casos de apatridia no Quênia e, em novembro de 2015, emitiu recomendações acerca da situação, as quais serviram de base para a criação de mecanismos de registro e naturalização dos Maconde, bem como de membros das comunidades Pemba e Rundi, descendentes de trabalhadores vindos de Ruanda.⁹²

⁸⁹ United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). **Annual Consultations with NGOs, 1 – 3 July 2015 – International Conference Center Geneva, Thematic Session, Background Paper**, pg. 1. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/ngo-consultations/ngo-consultations-2015/Thematic-session-Statelessness.pdf>>. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

⁹⁰ MUNAITA, Wanja Lisa. **Kenya's stateless Makonde people finally obtain papers**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/news/latest/2016/10/5810c5414/kenyas-stateless-makonde-people-finally-obtain-papers.html>>. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

⁹¹ Idem.

⁹² Idem.

Frustrados com a demora na efetivação da medida criada, ativistas Macondes, com o apoio da *Kenya Human Rights Commission*, dirigiram-se ao Palácio Presidencial em Nairobi a fim de resolver a situação com o presidente Kenyatta. O presidente, então, emitiu uma ordem para a naturalização e registro dos Macondes como cidadãos do Quênia até novembro de 2016.⁹³

O caso dos Macondes no Quênia ilustra os desafios advindos da discriminação, especialmente étnica, que se torna ainda mais complexa quando combinada com um sistema burocrático de concessão de documentação aos residentes. Felizmente, neste caso, o engajamento da população apátrida na busca de seus direitos, bem como a preocupação de organizações não governamentais e do governo quanto ao problema, levou ao sucesso na luta para uma solução à apatridia desta população no Quênia, uma iniciativa que deve inspirar outros países e outras comunidades apátridas.

4.2. COMO O BRASIL PODE INCORPORAR ESSAS INICIATIVAS

Considerando que a luta contra a apatridia é uma questão de interesse geral e em nível internacional, verifica-se a importância de que os países engajados na luta contra esse problema busquem se espelhar em experiências de sucesso implementadas em outros Estados, visando avançar ainda mais em direção à erradicação deste fenômeno, primeiramente em nível interno, e em segundo lugar, ainda que não menos importante, contribuindo para o avanço da erradicação a nível internacional.

Desta forma, faz-se relevante a análise das iniciativas de sucesso elencadas no tópico anterior deste trabalho à luz da perspectiva nacional brasileira, a fim de verificar de que forma o Brasil pode incorporar essas iniciativas em sua luta contra a apatridia.

i. CLÍNICA JURÍDICA

O projeto Clínica Jurídica de Liverpool, do Departamento de Direito da Universidade de Liverpool, na Inglaterra, foi apresentado como uma iniciativa de sucesso no combate à apatridia, vez que sua atuação no auxílio e representação gratuita dos apátridas em procedimentos de determinação do *status* de apátrida perante o governo britânico, bem como

⁹³ MUNAITA, Wanja Lisa. **Kenya's stateless Makonde people finally obtain papers**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/news/latest/2016/10/5810c5414/kenyas-stateless-makonde-people-finally-obtain-papers.html>>. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

os esforços empreendidos entre a comunidade jurídica na melhoria da prática judicial referente aos apátridas e a influência exercida sobre os alunos participantes, incentivando-os a trabalhar na área e garantindo-lhes experiência no assunto, geraram excelentes resultados em favor da população apátrida residente em todo território do Reino Unido.

Esta iniciativa deve servir de exemplo para o Brasil, visando a implementação de projetos semelhantes nas universidades brasileiras, que visem trabalhar a favor da causa dos apátridas e dos refugiados, buscando o auxílio da Organização das Nações Unidas (ONU), através do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), bem como de organizações, como a Cáritas Brasileira.

Acerca desta iniciativa, vale citar o projeto desenvolvido pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), que em 2013 firmou um Termo de Parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) para instituir a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, que busca difundir e promover informações e pesquisas na temática do Direito Internacional dos Refugiados, além de possibilitar o desenvolvimento acadêmico de alunos e professores nesta temática.

No mesmo ano, o curso de Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR) criou o Projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária, com a finalidade de oferecer aulas gratuitas de português para migrantes e refugiados, especialmente haitianos e sírios. Ao longo do primeiro ano de suas atividades observou-se uma grande demanda de questões jurídicas levantadas pelos alunos refugiados. Em razão disso, em 2014, o curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) criou o Projeto de Pesquisa e Extensão Migrações, Refúgio e Hospitalidade.

O projeto do curso de direito desenvolve-se através da prestação de assessoria jurídica aos migrantes e refugiados, especialmente quanto a questões relacionadas à inclusão acadêmica dessas pessoas, bem como questões trabalhistas e, apesar do enfoque dos atendimentos não ser voltado para a apatridia em razão da baixa demanda, o projeto encontra-se completamente aberto a receber demandas dessa população específica.

Em 2015 constituiu-se, a partir do Projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária e do Projeto de Pesquisa e Extensão Migrações, Refúgio e Hospitalidade, o Programa Política Migratória e Universidade Brasileira, com caráter interdisciplinar, envolvendo projetos dos cursos de Letras, Direito, Ciência da Computação e Psicologia, que promove a articulação entre as atividades de extensão universitárias, as organizações da sociedade civil, os órgãos públicos e os próprios migrantes, a fim de consolidar a integração

dessa população na comunidade brasileira, bem como promover a garantia de seus direitos humanos intrínsecos.

ii. PROCEDIMENTO PARA A DETERMINAÇÃO DO *STATUS* DE APÁTRIDA

Ao final do ano de 2011, a Moldávia adotou uma das mais detalhadas legislações acerca da determinação do *status* de apátrida implementadas até o momento, tornando-se exemplo para outros países que visem a implementação de legislação referente à determinação do *status* de apátrida em seu território.

O Brasil, como já explanado neste trabalho, possui um Projeto Lei em andamento no Congresso Nacional que tem como um de seus objetos a previsão de um procedimento legal para a determinação do *status* de apátrida de migrantes em território brasileiro. Desta forma, torna-se relevante e em tempo a análise de legislações estrangeiras já implementadas que sejam consideradas adequadas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), como é o caso da legislação da Moldávia.

Assim, destacam-se os pontos mais relevantes da legislação da Moldávia, já mencionados no tópico acima, acerca da determinação do *status* de apátrida dos residentes em seu território que devem ser considerados pelo Brasil quando da criação de seu procedimento de determinação: (i) o requerimento de determinação do *status* de apátrida pode ser solicitado tanto pelo próprio indivíduo, quanto *ex officio* pela autoridade competente; (ii) a solicitação pode ser protocolada de forma escrita ou oral; (iii) o solicitante que não fale a língua nacional tem direito de receber o auxílio de um tradutor; (iv) deve ser realizada uma entrevista com o solicitante no prazo de 15 dias úteis a contar do protocolo da solicitação e a entrevista deve ser relatada por escrito, constando todas as informações sobre o indivíduo; (v) os menores desacompanhados e as pessoas com deficiências mentais devem ser acompanhados por representantes legais; (vi) a análise da solicitação e a decisão deve ser publicada num período de seis meses a partir da data de protocolo da solicitação; (vii) a solicitação pode ser prorrogada, no máximo, seis prorrogações de um mês cada; (viii) o solicitante não pode ser deportado enquanto uma decisão não for publicada; (ix) o solicitante deve ser informado acerca da decisão, no prazo de três dias úteis a partir da publicação da decisão; e (x) o solicitante tem direito de apelação judicial em caso de negativa.

iii. A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR)

No Quirguistão, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) tem financiado e prestado auxílio a organizações não governamentais a respeito de legislações e práticas em apatridia, bem como prestado suporte técnico às autoridades responsáveis por lidar com este problema no país.

Uma das organizações que tem recebido auxílio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Quirguistão é a *Ferghana Valley Lawyers without Borders* que, em razão da ajuda recebida, está a frente dos esforços contra a apatridia na parte sul do país, organizando postos móveis de clínicas legais e instalações fixas dessas clínicas e prestando serviços aos apátridas e pessoas sem documentos. Através destas ações muitos apátridas têm recebido a nacionalidade quirguistanesa, bem como grande parte dessa população tem buscado informações acerca da possibilidade de se tornarem nacionais e dos procedimentos necessários para atingir este resultado. Além disso, esta organização está envolvida em esforços para a melhoria da legislação do Quirguistão a respeito de nacionalidade e registro civil.

Este exemplo, que deve ser buscado pelo Brasil, demonstra a importância da atuação da sociedade civil através de movimentos, organizações não governamentais e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) na atuação interna nos Estados na luta contra a apatridia e a força que estes atores têm na influência que exercem no governo para a mudança de legislações e para o avanço dos direitos garantidos pelo governo para estas pessoas. O empoderamento dos apátridas na busca de soluções para o seu problema tem papel igualmente importante no fortalecimento desta luta e na pressão exercida perante os governos nacionais para a mudança da legislação a fim de melhorar sua condição de vida.

iv. A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DOS APÁTRIDAS

A população Maconde, residente no Quênia e apátrida desde 1930, resolveu lutar pela mudança de sua condição de vida no país, buscando a regularização de sua nacionalidade queniana. Assim, em 2015, peticionou ao presidente do Quênia, Uhuru Kenyatta, a revisão de seu caso de apatridia e, em resposta, o presidente criou uma força tarefa para analisar a situação da apatridia no país, a qual emitiu recomendações acerca da situação, tendo servido

de base para a criação de mecanismos de registro e naturalização dos Maconde e de membros das comunidades Pemba e Rundi, no Quênia.

Porém, frustrados com a demora na efetivação da medida criada, ativistas Macondes reuniram-se com o presidente Kenyatta, que emitiu uma ordem para a naturalização e registro dos Macondes como cidadãos do Quênia até novembro de 2016.

Este caso deve ser tomado como exemplo pelo Brasil, pois demonstra a importância e o poder do engajamento da população apátrida na busca de seus direitos, destacando que a pressão popular perante o governo tem o potencial de gerar mudanças na postura política, social e jurídica de um Estado.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou analisar o fenômeno da apatridia em seu contexto mundial e particular no território brasileiro, preocupando-se com a busca no avanço da erradicação deste problema, tendo em vista as consequências nefastas que gera para a população e os indivíduos por ele atingido, problema definido pela autora Hannah Arendt como “a privação fundamental dos direitos humanos”, neste sentido ela afirma em sua obra *As Origens do Totalitarismo* que:

A privação fundamental dos direitos humanos manifesta-se, primeiro e acima de tudo, na privação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz. Algo mais fundamental do que a liberdade e a justiça, que são os direitos do cidadão, está em jogo quando deixa de ser natural que um homem pertença à comunidade em que nasceu, e quando o não pertencer a ela não é um ato da sua livre escolha, ou quando está numa situação em que, a não ser que cometa um crime, receberá um tratamento independente do que ele faça ou deixe de fazer. Esse extremo, e nada mais, é a situação dos que são privados dos seus direitos humanos. São privados não do seu direito à liberdade, mas do direito à ação; não do direito de pensarem o que quiserem, mas do direito de opinarem.⁹⁴

À luz de tal reflexão, este trabalho se propôs, além de apresentar um breve histórico da apatridia e explicar seu conceito, a identificar medidas capazes de avançar no sentido de prevenir e solucionar o problema da apatridia, que atinge e prejudica a vida de milhões de

⁹⁴ ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**, parte II, capítulo 5, seção 2, pg. 403. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

peessoas, bem como medidas de proteção aos apátridas, analisando os avanços já conquistados pelo Brasil neste sentido.

Após a breve análise do surgimento do fenômeno em âmbito internacional e nacional, das normas internacionais concernentes à apatridia e da internalização dessas normas pelo Brasil, foi possível perceber que o exemplo brasileiro no avanço da busca de soluções para a apatridia, em muito pode contribuir com semelhante avanço em outros Estados. Tal reconhecimento parte do próprio Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que considera o Brasil um exemplo de sucesso nesta luta, especialmente em razão dos resultados adquiridos com o movimento “brasileirinhos apátridas”.

Ainda que o Brasil já esteja trabalhando a favor da erradicação da apatridia e ocupe posição de destaque nos avanços desta luta, o problema persiste tanto a nível nacional, como em nível internacional, tornando necessário e urgente uma atuação ainda mais intensa dos Estados para com a apatridia. Desta forma, o trabalho analisou algumas iniciativas implementadas em outros Estados, como o Reino Unido, o Quênia, o Quirguistão e a Moldávia, com o objetivo de dar visibilidade a tais mecanismos e indica-los como exemplos a serem seguidos pelo Brasil e por outros Estados, envolvendo o engajamento da sociedade civil, de organizações não governamentais, de órgãos do governo e internacionais e dos próprios apátridas nesta luta.

Porém, ainda que a incorporação de iniciativas já implementadas em outros Estados seja uma forma eficaz de avançar na luta contra a apatridia, é importante que tais Estados não se limitem às iniciativas já implementadas, mas busquem sempre avançar criando outras propostas e experiências e, especialmente, esforçando-se para colocar em prática as metas estabelecidas nos últimos anos, tanto em âmbito global, quanto regional e nacional.

Com relação à adoção das normas internacionais pelos diferentes países, vale ressaltar que cada país internaliza essas normas de forma distinta, em razão de suas características internas políticas, econômicas e demográficas. Esse quadro gera as diferentes formas de atribuição de cidadania, tornando bastante árdua a tarefa de unificar os critérios de concessão de nacionalidade, bem como a implementação das metas internacionais, a exemplo das definidas na Declaração de Brasília, na Declaração do Brasil e no Plano de Ação do Brasil, algo que constituiria um avanço enorme na busca da erradicação da apatridia.

Neste sentido, é importante também lembrar que, apesar dos esforços exercidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e por outras Organizações Internacionais e Regionais de Direitos Humanos em campanhas de conscientização e de incentivo à adesão às Convenções de proteção aos apátridas, esses organismos internacionais não dispõem de poder

coercitivo e, portanto, não podem obrigar os Estados a tomar medidas contra sua vontade. Resta exclusivamente ao Estado a prerrogativa de reconhecer o problema e, conseqüentemente, conferir aos apátridas os direitos fundamentais inerentes a todo ser humano, independente de sua nacionalidade, ou mesmo de possuírem qualquer nacionalidade, trabalhando a favor da prevenção e redução deste problema, bem como da proteção destes indivíduos.

Diante deste quadro, e ao observar os diferentes mecanismos implementados por diversos países elencados neste trabalho que demonstram a importância do engajamento da sociedade civil e dos próprios apátridas na causa da apatridia, faz-se necessário que a sociedade civil se mobilize e se envolva no processo de árduas mudanças que se tem a frente para solucionar este problema. Sendo assim, é imprescindível que esta comunidade exerça pressão para que o poder público tome medidas, no âmbito de jurisdição interna e de acordo com as diretrizes internacionais, sendo válida e importante a movimentação exclusivamente interna de cada país, como o movimento “brasileirinhos apátridas” no Brasil, quanto uma movimentação internacional, tornando esta luta conhecida por todos e uma preocupação de todas as comunidades.

REFERÊNCIAS

ABDRAKHMANOVA, Ainagul; EGZIABHER, Kisut Gebre; DOBBS, Leo. **UNHCR Project helps ethnic minority in Fergana Valley get Kyrgyz nationality**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/news/makingdifference/2013/12/52a08dc29/unhcr-project-helps-ethnic-minority-fergana-valley-kyrgyz-nationality.html>>.

ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR). **Estados parte de la Convención para reducir los casos de Apatridia suscrita en Nueva York el 30 de agosto de 1961**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/BDL/2002/1248>>.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Apatridia**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2012/Apatridia_-_ACNUR_2012.pdf?view=1>.

_____. **Apatridia: Cartilha Informativa**. 2012. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2012/Apatridia_-_ACNUR_2012>.

_____. **Apatridia em Bangladesh: os Biharis**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/quem-ajudamos/apatridas/campanha-das-convencoes-sobre-apatridia/apatridia-em-bangladesh-os-biharis/>>.

_____. **Brasil é destaque em campanha global contra apatridia**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/brasil-e-destaque-em-campanha-global-contrap-apatridia/?L=>>>.

_____. **Campanha das Convenções sobre Apatridia**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/quem-ajudamos/apatridas/campanha-das-convencoes-sobre-apatridia/apatridia-entre-expatriados-brasileiros/>>.

_____. **Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia**. Nova Iorque, 30/08/1961. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_para_a_Reducacao_dos_Casos_de_Apatridia_de_1961.pdf?view=1>.

_____. **Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas**. Nova Iorque, 28/09/1954. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bsort%5D=doctitle,sorting,uid&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bpointer%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bdownload%5D=yes&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bdownloadtyp%5D=stream&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Buid%5D=583>.

_____. **Declaração de Brasília Sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano**. Brasília, 11/11/2010. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_de_Brasilia_sobre_a_Protecao_de_Refugiados_e_Apatridas_no_Continente_Americano.pdf?view=1>.

_____. **Declaração do Brasil: Um Marco de Cooperação e Solidariedade Regional para Fortalecer a Proteção Internacional das Pessoas Refugiadas, Deslocadas e Apátridas na América Latina e no Caribe.** Brasília, 03/12/2014. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9866>>.

_____. **Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina.** Cidade do México, México, nos dias 15 e 16 de Novembro de 2004. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_e_Plano_de_Acao_do_Mexico.pdf?view=1>.

_____. **Doze milhões de apátridas vivem em limbo legal.** Genebra e Brasília, 25 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/eventos/Apatridia_no_mundo.pdf>.

_____. **Governo do Brasil Anuncia Projeto de Lei para Proteger Pessoas Sem Pátria.** Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/governo-do-brasil-anuncia-projeto-de-lei-para-proteger-pessoas-sem-patria/>>.

_____. **Nacionalidade e Apatridia: manual para parlamentares nº 11** - 2005. Atualizado em Outubro de 2009. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2011/Nacionalidade_e_Apatridia_-_Manual_para_parlamentares>.

_____. **O Conceito da Pessoa Apátrida segundo o Direito Internacional.** Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/O_Conceito_de_Pessoa_Apatrida_segundo_o_Direito_Internacional.

_____. **Plano de Ação do Brasil: Um Roteiro Comum para Fortalecer a Proteção e Promover Soluções Duradouras para as Pessoas Refugiadas, Deslocadas e Apátridas na América Latina e no Caribe em um Marco de Cooperação e Solidariedade.** Brasília, 03/12/2014. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9870>>.

_____. **Prevenção e redução da apatridia: Convenção da ONU de 1961 para reduzir os casos de apatridia.** Setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opensslpdf.pdf?reldoc=y&docid=4fd737242>>.

_____. **Protegendo os direitos dos apátridas: Convenção da ONU de 1954 sobre o Estatuto dos Apátridas.** Disponível em: <<http://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opensslpdf.pdf?reldoc=y&docid=4fd737eb2>>.

_____. **Quem são e onde estão os apátridas?** Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/quem-ajudamos/apatridas/quem-sao-e-onde-estao-os-apatridas/>>.

_____. **Reunião de Especialistas: O Conceito da Pessoa Apátrida segundo o Direito Internacional – Resumo das Conclusões.** Prato, Itália. 28/05/2010. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/O_Conceito_de_Pessoa_Apatrida_segundo_o_Direito_Internacional.pdf>.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia**, 30 de ago. 1961.

_____. **Convenção relativa ao Estatuto dos Apátridas**, 28 de set. 1954.

_____. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados**, 28 de jul. 1951.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 10 de dez. 1948.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Regimento interno da Câmara dos Deputados** [recurso eletrônico]: aprovado pela Resolução n. 17, de 1989, e alterado até a Resolução n. 17, de 2016. – 17. ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série textos básicos ; n. 136).

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

_____. **Decreto n. 4.246**, de 22 de maio de 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4246.htm>.

_____. **Decreto n. 8.501**, de 18 de agosto de 2015.

_____. **Emenda Constitucional n. 54**, de 20 de setembro de 2007.

_____. **Estatuto do Estrangeiro – Lei 6.815**. Promulgada em 19 de agosto de 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>.

_____. **Lei nº 9.474**, de 22 de julho de 1997.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição nº 13**, de 25 de março de 1999.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição nº 272**, de 03 de agosto de 2000.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição nº 382**, de 29 de maio de 1996.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 94016/SP**. Relator: Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 16/09/2008, DJe-038 DIVULG 26-02-2009 PUBLIC 27-02-2009 EMENT VOL-02350-02 PP-00266 RTJ VOL-00209-02 PP-00702. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000001039&base=baseAcordaos>>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 2.516, de 2015**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7F07E1F34F78828D48FD4921135501CF.proposicoesWeb1?codteor=1370312&filename=Avulso+-PL+2516/2015>.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. 6 ed. rev. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

COSENDEY, Larissa Rodrigues da Silva. **Apátridas e Direitos Fundamentais**. Artigo Científico apresentado à Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, como exigência para obtenção do título de Pós-Graduação. Rio de Janeiro: 2014.

COVENTRY PEACE HOUSE. **Statelessness: The Quiet Torture of Belonging Nowhere**. Coventry: Coventry Peace House. 2008.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. **Direito Internacional Público**. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

FELLER, Erika. “Foreword”. In: UN High Commissioner for Refugees (UNHCR). **Statelessness: An Analytical Framework for Prevention, Reduction and Protection, 2008**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/49a271752.html>>.

GOVERNMENT OF CANADA. **Changes to Citizenship Rules**. Disponível em: <http://www.cic.gc.ca/english/citizenship/rules_2009.asp>.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O direito internacional dos refugiados e a sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Editora Método, 2007. 240 p.

LEAGUE OF NATIONS, **Convention on Certain Questions Relating to the Conflict of Nationality Law**, 13 April 1930, Treaty Series, vol. 179, No. 4137. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6b3b00.html>>.

LECLERC, P. & COLVILLE, R. “In the Shadows”. In: *Refugees Magazine*, n. 147, issue 3, 2007. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/46d2e8dc2.html>>.

LISOWKI, Telma Rocha. **A Apatridia e o “Direito a ter Direitos”: Um estudo sobre o Histórico e o Estatuto Jurídico dos Apátridas**. São Paulo. 2012.

MANLY, Mark & PERSAUD, Santhosh. “ACNUR y las respuestas a la apatridia”. In: **Revista Migraciones Forzadas**, n. 32, Abril 2009. Disponível em: <<http://www.fmreview.org/es/pdf/RMF32/02.pdf>>.

MOLDOVA: **Law No. 284 of 2011 on Amendment and Completion of Certain Legislative Documents** [Republic of Moldova], 10 February 2012. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4fbdf6662.html>>.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 13 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003. Disponível em: <https://www.academia.edu/9607078/ALEXANDRE_MORAES_-_Direito_Constitucional_2014>.

MORAIS, Renata Cabrera de. **Você já ouviu falar em apátridas?** Disponível em: <<http://www.politize.com.br/voce-ja-ouviu-falar-em-apatridas/>>.

Mudanças na lei dificultam processo de cidadania canadense. Disponível em: <<http://oitoronto.com.br/32091/mudancas-na-lei-dificultam-processo-de-cidadania-canadense/>>.

MUNAITA, Wanja Lisa. **Kenya's stateless Makonde people finally obtain papers.** Disponível em: <<http://www.unhcr.org/news/latest/2016/10/5810c5414/kenyas-stateless-makonde-people-finally-obtain-papers.html>>.

NOBRE, Noéli; OLIVEIRA, Marcelo. **Projeto da Lei de Migração está pronto para ser votado pelo Plenário.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/RELACOES-EXTERIORES/517147-PROJETO-DA-LEI-DE-MIGRACAO-ESTA-PRONTO-PARA-SER-VOTADO-PELO-PLENARIO.html>>.

Nova lei pode dificultar o processo de cidadania canadense para imigrantes. Disponível em: <<http://www.immi-canada.com/blog/nova-lei-pode-dificultar-processo-de-cidadania-canadense-para-imigrantes/>>.

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS. **Policy Paper: Legal Identity in the 2030 Agenda for Sustainable Development: Lessons from Kibera, Kenya.** Disponível em: <<https://www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/legal-identity-2030-agenda-lessons-kibera-kenya-2051216.pdf>>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **ACNUR: Novo decreto facilita naturalização de estrangeiros no Brasil e combate à apatridia.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acnur-novo-decreto-facilita-naturalizacao-de-estrangeiros-no-brasil-e-combate-a-apatridia/>>.

_____. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial,** Nova Iorque, 07/03/1966.

PARAGUASSU, Lisandra. **Brasil vai oferecer cidadania a apátridas.** Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-vai-oferecer-cidadania-a-apatridas,1544049>>.

PLAN INTERNATIONAL AND UNHCR, **Under the Radar and Under Protected: The Urgent Need to Address Stateless Children's Rights,** 2012. Disponível em: <<http://www.refworld.org/pdfid/514acd3e2.pdf>>.

PROKOPCHUK, Natalia; TAN, Vivian. **Statelessness: Breaking the cycle in Kyrgyzstan.** Disponível em: <<http://www.unhcr.org/news/latest/2011/8/4e5755809/statelessness-breaking-cycle-kyrgyzstan.html>>.

RIBEIRO, Deborah Cristina Rodrigues, NASCIMENTO, Isabela Ottoni Penna, VALLE JUNIOR, Luiz Arthur Costa, NEVES, Victor de Sá. **Apatridia e Cidadania: protegendo indivíduos legalmente invisíveis.**

RODRIGUES, Gilberto M. A.; FERNANDES, Mariana. **O regime jurídico internacional da apatridia: a América do Sul e o Caribe.** Curso de Relações Internacionais da Faculdade Santa Marcelina. Ano 12, n. 36. 2012. São Paulo.

SOKOLOFF, Constantin (for the Advisory Board on Human Security). **Denial of Citizenship: a challenge to human security**, February 2005. Disponível em: <http://www.statelesspeopleinbangladesh.net/uploaded_files/studies_and_reports/DenialOfCitizenshipAChallengeToHumanSecurity.pdf>.

SOMERS, Margaret R. **Genealogies of Citizenship: Markets, Statelessness, and the Right to Have Rights**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. 339 p.

UNITED NATIONS. **Convention relating to the Status of Stateless Persons**. New York, 28 September 1954. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/Publication/MTDSG/Volume%20I/Chapter%20V/V-3.en.pdf>>.

UNITED NATIONS AD HOC COMMITTEE ON REFUGEES AND STATELESS PERSONS. **A Study of Statelessness**, United Nations, August 1949, Lake Success - New York, 1 August 1949, E/1112; E/1112/Add.1. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae68c2d0.html>>.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). **A Campaign to End Statelessness: Launched on the 60th Anniversary of the 1954 Convention relating to the Status of Stateless Persons**, February 2014. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/53174df39.html>>.

_____. **Action to Address Statelessness: a strategy note**, March 2010. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4b960ae99.html>>.

_____. **Annual Consultations with NGOs, 1 – 3 July 2015 – International Conference Center Geneva, Thematic Session, Background Paper**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/ngo-consultations/ngo-consultations-2015/Thematic-session-Statelessness.pdf>>.

_____. **Background Note on Gender Equality, Nationality Laws and Statelessness 2016**, 8 March 2016. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/56de83ca4.html>>.

_____. **Campaign I Belong**. Disponível em: <<http://ibelong.unhcr.org/en/home.do>>.

_____. **Handbook on Protection of Stateless Persons: under the 1954 Convention Relating to the Status of Stateless Persons**. Geneva, June 2014. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/53b698ab9.html>>.

_____. **Mapping Statelessness in The United Kingdom**, 22 November 2011. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4ecb6a192.html>>.

_____. **Plan International. Under the Radar and Under Protected: The Urgent Need to Address Stateless Children's Rights**, 2012. Disponível em: <<http://www.refworld.org/pdfid/514acd3e2.pdf>>.

_____. **Preventing and reducing statelessness: the 1961 Convention on the Reduction of Statelessness**, January 2014. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4ca5937d9.html>>.

_____. **Self-Study Module on Statelessness**, 1 October 2012. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/50b899602.html>>.

_____. **Special Report: Ending Statelessness within 10 years**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/ibelong/special-report-ending-statelessness-within-10-years/>>.

_____. **The 1954 Convention relating to the Status of Stateless Persons: Implementation within the European Union Member States and Recommendations for Harmonisation**, October 2003. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/415c3cfb4.html>>.

_____. **The Concept of Stateless Persons under International Law: Summary Conclusions. Expert meeting organized by the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees**, Prato, Italy, 27-28 May 2010. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4cb2fe326.html>>.

_____. **The World's Stateless People. Questions & Answers**, September 2007, UNHCR / MRPI / Q&A A4 / ENG 1. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/47a707900.html>>.

_____. **UNHCR Action to Address Statelessness: a strategy note**, March 2010. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4b960ae99.html>>.

_____. **UNHCR and De Facto Statelessness**, April 2010, LPPR/2010/01. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4bbf387d2.html>>.

_____. **UNHCR, Expert Meeting - Statelessness Determination Procedures and the Status of Stateless Persons (Summary Conclusions)**, December 2010. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/4d9022762.html>>.

UNITED NATIONS TREATY COLLECTION. **Multilateral Treaties Deposited with the Secretary-General**. Disponível em: <https://treaties.un.org/Pages/TreatyParticipantSearch.aspx?clang=_en>.

_____. **Status of Treaties: Convention on the Reduction of Statelessness**. Disponível em: <https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=V-4&chapter=5&clang=_en>.

_____. **Status of Treaties: Convention Relating to the Status of Stateless Persons**. Disponível em: <https://treaties.un.org/Pages/ViewDetailsII.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=V-3&chapter=5&Temp=mtdsg2&clang=_en>.

VICHNIAC, Marc. “Le Statut International des Apatrides”. In: **Académie de droit international de La Haye**, Recueil des cours, v. 43, 1933.

WEISSBRODT, David; COLLINS, Clay. **The Human Rights of Stateless Persons**, 28 Hum. Rts. Q. 245 (2006). Disponível em: <http://scholarship.law.umn.edu/faculty_articles/412>.